Manifesto cobra democracia e diálogo

Indústria, bancos e agro se juntam para condenar golpismo

HORA DO POVO
ANO XXXI - Nº 3.821 1 a 7 de Setembro de 2021

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Documento já reúne mais de 300 entidades e não para de crescer

O manifesto do empresários brasileiros, assinado por mais de 300 entidades, contra as ameaças de Bolsonaro à democracia está tendo um grande impacto político em todo o Brasil. Idealizado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) – aprovado em votação na entidade – e pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), os dois setores mais importantes da economia nacional, o documento vem ganhando adeptos e provocou pânico nas hostes do governo federal. Sete entidades do agronegócio também assinaram o documento. **P. 3**

Pedro Ramos

Brasil alcança seu centésimo ouro em jogos Paralímpicos

Medalhas, recordes e goleadas marcaram a primeira semana do Brasil nas Paralimpíadas de Tóquio que prometem ser históricos. O país que possui a quinta maior delegação da competição, ocupa a sexta posição no ranking geral de medalhas. E conquistou na segunda-feira a centésima medalha de ouro na história dos jogos Paralímpicos. Na madrugada de domingo, duas medalhas de ouro vieram no atletismo, uma de Elisabeth Gomes, com recorde mundial batido duas vezes, e outra de Claudiney Batista (foto). **Página 4**

Apagão à vista: governo manda o povo desligar pontos de luz

Composição - HP

Jair Bolsonaro afirmou na quinta-feira (26), que as hidrelétricas do país podem parar de funcionar. A falência na sua gestão do país agora coloca no horizonte o racionamento e o apagão. Como de costume, ele nunca tem culpa de nada. Os culpados são sempre os outros, os ministros do STF, os governadores, a oposição, o papa, o povo, São Pedro etc. "Fazer um apelo para você que está em casa. Tenho certeza de que você pode apagar um ponto de luz na sua casa agora. Peço esse favor a você, apague um ponto de luz agora", disse o desgastado presidente. Sem investimento em energia, o país só não teve um apagão ainda porque se encontra em recessão. **Pág. 2**

Comando quer punição exemplar a coronel PM que pregou golpismo

O comando da PM de São Paulo decidiu abrir um Inquérito Policial-Militar (IPM), a pedido do Ministério Público, contra o coronel Aleksander de Lacerda por convocar a manifestação golpista de Bolsonaro para o 7 de Setembro. Nas convocações, Lacerda ataca instituições e faz ofensas a ministros do STF, políticos de oposição e ao governador João Doria (PSDB). **Página 3**

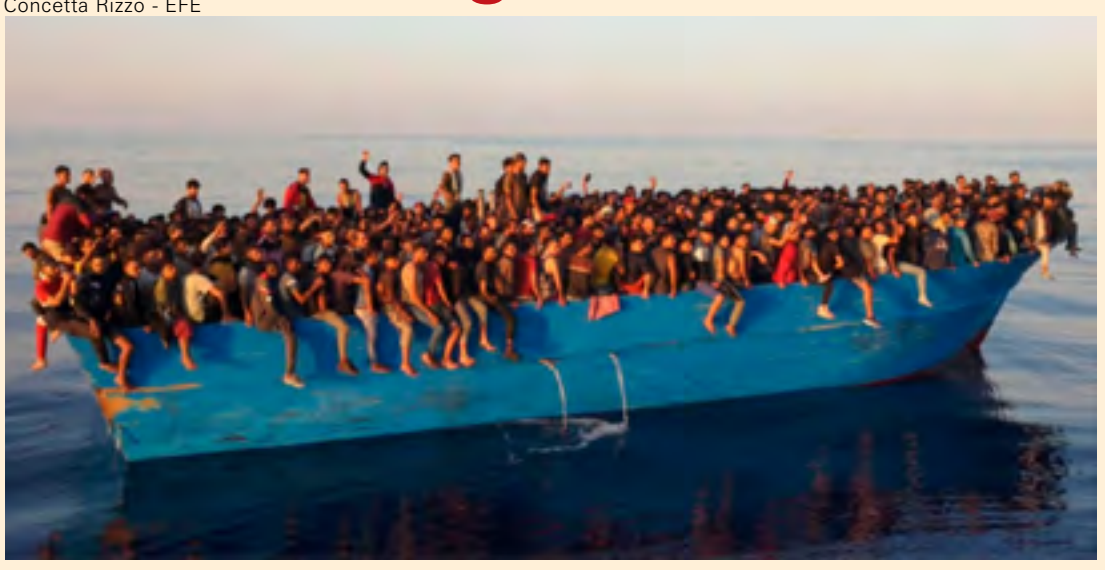
Fabio Rodrigues Pozzebon - ABr

"Estimular soluções de força é covarde e criminoso", afirma general Santos Cruz

Em artigo publicado no jornal Estadão intitulado "O governo, a população e as Forças Armadas", o general Santos Cruz fez duras críticas às ameaças de Bolsonaro à democracia. Ele afirmou que "nenhuma autoridade pode ser agente de desmoralização e de enfraquecimento das estruturas existentes, promover fanfarronices, factoides, passeios com dinheiro público e alegar que não o deixam trabalhar". **Página 3**

Barco à deriva com 539 imigrantes líbios é resgatado na costa italiana

Concetta Rizzo - EFE



Um barco pesqueiro com 539 imigrantes a bordo foi encontrado à deriva e prestes a transbordar próximo à costa da Itália, na Ilha de Lampedusa, no sábado (28), com mulheres e crianças sentadas com as pernas para fora. A imagem do desespero no resgate na ilha, a mais ao sul do país, dá a dimensão do caos em que foi transformado o Mediterrâneo, o "maior cemitério da Europa", particularmente após a destruição do Estado nacional da Líbia pelos bombardeios da Otan, iniciados em março de 2011, com Obama. **Pág. 7**

Plano do governo é vender Correios por "valorzinho"

A secretária de privatizações de Bolsonaro, Martha Seillier, revelou, em entrevista no sábado (28), que o objetivo do governo é queimar os Correios vendendo a importante estatal por um valor "simbólico", "muito menor do que o valor dos ativos da empresa". **Pág. 5**

Bolsonaro já admite a possibilidade de ser preso

Pág. 3

Desgoverno Bolsonaro manda o povo desligar pontos de luz

Enquanto ele diz para o povo deligar um ponto de luz, sua ex-mulher, Anna Cristina, e o filho, Renan Bolsonaro, o "zero quatro", se mudam para iluminada mansão no Lago Sul

Jair Bolsonaro acaba de decretar a falência total de seu governo. Ele disse, na quinta-feira (26), que as hidrelétricas do país podem parar de funcionar. Ou seja, agora é o apagão que está chegando. Como de costume, ele nunca tem culpa de nada. Os culpados são sempre os outros, os ministros do STF, os governadores, a oposição, o papa, etc.

Neste caso ele apontou outros dois culpados pelo apagão que está chegando: o povo, que, segundo ele, gasta demais, e São Pedro, que não deixa chover.

"Estamos no limite do limite. Algumas [hidrelétricas] vão deixar de funcionar se essa crise hidrológica continuar existindo", afirmou Bolsonaro, culpando São Pedro pela crise. Depois, apontou a arma para a população: "fazer um apelo para você que está em casa. Tenho certeza de que você pode apagar um ponto de luz na sua casa agora. Peço esse favor a você, apague um ponto de luz agora", disse o desgastado presidente. "Ajuda, assim, a economizar energia e água das hidrelétricas. E em grande parte dessas represas já estamos na casa de 10%, 15% de armazenamento", justificou.

Só que o responsável pelo desastre no sistema elétrico do país não é o povo, nem São Pedro. Quem esta destruindo o sistema tem nome e sobrenome. Ele está – ou deveria estar – sentado no Palácio do Planalto. Mandar a população apagar um ponto de luz, como ele fez, não vai resolver. Até porque boa parte da população já está quase no escuro e cozinhando com fogão à lenha, por conta da extorsão das "bandeiras vermelhas" e do botijão de gás a R$ 100.

E a indústria, quase parada, não tem como economizar mais nada. Afinal, como disse o consultor legislativo, Paulo Cesar Lima, em entrevista ao HP, "se ela estivesse funcionando um pouquinho, o Brasil, já estaria no apagão".

Quando o governo não planeja, não faz investimentos e só fala em vender a Eletrobrás para o capital estrangeiro, não poderia ser outro o desfecho. Aliás, o desastre deste governo não está só no apagão elétrico que se aproxima. Não há um problema sequer do país para o qual Bolsonaro tenha apresentado alguma solução.

DESASTRE TOTAL

Sabotou as vacinas e, quando forçado a comprá-las, montou um esquema criminoso de recebimento de propina (um dólar por dose). Promoveu aglomerações de todos os tipos, atacou, e segue atacando até hoje, o uso de máscaras e insistiu em espalhar drogas ineficazes pelo país à fora. Resultado: o Brasil é o segundo país com o maior número absoluto de mortes por Covid19 no mundo, perdendo apenas para os EUA, e já é o primeiro em mortos por milhão de habitantes.

Agora, quando a inflação dispara, agravando a fome e a miséria dos brasileiros, qual é a solução que ele apresenta para este novo problema? Nenhuma. Não aponta nada para enfrentar o problema. Pelo contrário, Guedes e ele zombam da desgraça do povo. O primeiro diz que vai aumentar mesmo e que "não adianta chorar" e Bolsonaro diz que "quem reclama do feijão é idiota". "Tem que todo mundo comprar fuzil, pô. (…) Eu sei que custa caro. Tem um idiota: 'Ah, tem que comprar é feijão'. Cara, se não quer comprar fuzil, não enche o saco de quem quer comprar", disse Bolsonaro nesta quinta-feira (26).

Em suma, Bolsonaro é um desqualificado que não tem a menor condição de ocupar a presidência do Brasil. Como disse o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), "se for submeter o Bolsonaro a uma análise psiquiátrica, vai se concluir que ele é doente". O governador acrescentou que Jair Bolsonaro "é um autoritário, além de ser um negacionista, e a meu ver, é um psicopata, um homem doente". Na verdade, um doente que vive passeando de moto para baixo e para cima e preparando um golpe. Ele literalmente não administra nada.

O governo fracassado manda a população apagar um ponto de luz, mas se recusa admitir que está iniciando um racionamento. Eles fazem isso porque sabem que, com a oficialização do racionamento, a rejeição ao seu governo, que já não para de crescer, vai se acelerar ainda mais. Por isso escondem a gravidade da crise.

Mas, pior do que esconder a crise, é zombar do povo. E é isso o que acontece quando o apelo de Bolsonaro para que o povo apague pontos de luz se dá no mesmo dia em que o país é informado que sua ex-mulher, Anna Cristina, e seu filho, Renan Bolsonaro, o "zero quatro", estão saindo de um apartamento de 70 metros quadrados e se instalando confortavelmente numa iluminadíssima mansão que custa por R$ 2,9 milhões, localizada no Lago Sul, uma das áreas mais nobres de Brasília. Haja cinismo.

Bandeira vermelha na conta de luz fica ainda mais cara em setembro

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) confirmou na noite de sexta-feira (27) que as tarifas da conta de luz voltarão a subir em setembro. Trata-se da aplicação de mais uma sobre-taxa à bandeira tarifária vermelha patamar 2 – regime que deveria ser excepcional, mas que vigora no país desde julho.

A bandeira tarifaria vermelha, tipicamente mais alta do que o regime tarifário comum, é aplicado às contas de energia quando o custo de geração sobe com o acionamento das usinas termoelétricas. Em julho, houve aumento de 52% – elevando o valor do kWh (quilowatts-hora) de R$ 6,24 para R$ 9,49.

A Aneel não confirmou qual percentual de aumento será aplicado em setembro, mas segundo reportagem de O Globo, ficará na ordem de 58%. Isso significa que o valor do KWh passará a 14 ou 15 reais. A colunista Ana Flor, do G1, antecipou que o aumento será aplicado já na semana que vem e que, com o reajuste, o custo do KWh será de R$ 14,20.

A reportagem ainda afirma que o desejo do governo – especificamente por pressão do Ministério de Minas e Energia – era elevar o custo hora para 24 reais por três meses.

As previsões de baixo volume de chuvas antecipavam que o ano seria caótico para o fornecimento de energia e para o abastecimento das hidrelétricas, já que o setor elétrico passa por um desmonte nos investimentos e a iminente venda da Eletrobrás coloca em cheque a autonomia da geração no país.

Ainda assim, o governo nada fez para minimizar o risco, com o Ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmando que era impossível ter racionamento de luz.

Especialistas já dizem que, diante da situação, uma política de racionamento será inevitável. Enquanto isso, assistimos um apagão velado, à medida que a população não consegue mais pagar a conta de luz.

O custo da energia é, há meses, o principal item de pressão da inflação em disparada no país. De acordo com o IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador que antecipa a inflação oficial, a variação do custo de energia em agosto deste ano foi de 5%. Nos oito meses de 2021, a energia já acumula aumento de 16,07% e, em 12 meses, de 20,86%.

Pobreza sobe em 24 estados e dispara no Nordeste e Sudeste, aponta estudo do Ibre

Com o desemprego recorde, queda na renda e o avanço da carestia com a alta dos alimentos, energia elétrica e gás de cozinha, a pobreza cresce no país e atinge cerca de 30% da população. Um crescimento de 25,2% no primeiro trimestre de 2019 para 29,5% em janeiro de 2021, segundo estudo do economista Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV).

O estudo considera a classificação de pobreza do Banco Mundial, renda per capita de até US$ 5,50 por dia, ou cerca de R$ 450 por mês, de acordo com a taxa de câmbio pela paridade do poder de compra. O aumento da pobreza ocorreu em 24 das 27 unidades da federação.

Acre (46,4%), Pará (45,9%) e Tocantins (35,7%) foram os três estados que não tiveram expansão da pobreza, mas já registravam participação acima de 30% dos pobres na população geral.

Em São Paulo, a parcela de população pobre subiu de 13,8% em 2019 para 19,7% em 2021. No Rio de Janeiro, ultrapassou um quinto da população, passando de 16,9% para 23,8%.

"A pobreza aumentou na maioria dos Estados e teve altas bastante elevadas em grandes centros urbanos, no Sudeste e no Nordeste. As economias dos centros urbanos são muito focadas em serviços, como alimentação, alojamento e entretenimento, que foram mais atingidos pelas características desta crise", declarou Daniel Duque ao Valor Econômico.

POBREZA EXTREMA

A pobreza extrema também cresceu no período, em 18 das 27 unidades da federação. No Brasil, a fatia dos brasileiros em pobreza extrema passou de 6,1% no primeiro trimestre de 2019 para 9,6% em janeiro de 2021. São os que vivem com cerca de US$ 1,90 por dia ou cerca de R$ 160 reais por mês, insuficiente para pagar um botijão de gás que Bolsonaro diz que "tá barato".

Durante a pandemia, graças às pressões da sociedade junto ao Congresso Nacional, o auxílio emergencial de R$ 600 conseguiu amenizar o aumento mais acelerado da pobreza no país, diante da crise econômica agravada pela Covid-19. Porém, o governo Bolsonaro, mesmo diante do auge da crise sanitária, reduziu o auxílio nos últimos meses de 2020 e suspendeu o programa entre janeiro e março.

A suspensão do programa e o retorno só em abril, para um número bem menor de pessoas e com o valor também bastante reduzido, entre R$ 150 e R$ 375, lançou milhões de brasileiros na mais pura miséria.

A pobreza, apesar do auxílio emergencial, "vai se estabilizar numa situação pior que antes da pandemia", avalia Daniel Duque. "O mercado de trabalho segue fragilizado e a inflação também tem contribuído para puxar os rendimentos para baixo".

O economista aponta ainda que "a renda é afetada pela inflação, especialmente dos alimentos, que têm peso maior no orçamento dos mais pobres".

Os cálculos foram feitos a partir de dados de renda da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua e da Pnad Covid-19, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Número de famílias é recorde com desemprego e queda na renda: 72,9%

O endividamento cresceu ininterruptamente passados oito meses de 2021, atingindo, neste mês de agosto, um recorde histórico: 72,9% das famílias. A informação saiu da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) realizada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

A combinação desemprego, precariedade do trabalho e inflação é responsável pelo recorde na contração de dívidas, afirma a entidade.

"As fragilidades no mercado de trabalho formal e o avanço no setor informal, com elevado nível de desocupação, e a inflação elevada estão contribuindo para a maior contratação de dívidas pelas famílias", diz a análise de divulgação do estudo de agosto.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o desemprego no país atingia 14,8 milhões de pessoas no trimestre encerrado em maio, última pesquisa divulgada. Enquanto isso, a subutilização (que inclui desocupados, desalentados e pessoas que trabalham menos horas do que poderiam) alcançava quase 30% da população em idade de trabalhar. Neste mesmo período, a inflação – em especial dos alimentos e custos com habitação e transporte – não deixaram de dar trégua. A prévia do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de agosto aponta que a inflação do país já acumulou alta de 9,30%.

O percentual está 5,5 pontos percentuais acima do que foi observado em agosto do ano passado e supera em 7,8 pontos o percentual de fevereiro de 2020, anterior à pandemia. A parcela média da renda comprometida com dívidas chegou a 30,4% da renda familiar.

Prévia da inflação: comida mais que dobra em agosto, energia sobe 5% e botijão de gás 3,19%

E o ministro da Economia, Paulo Guedes, diz que está tudo "dentro do jogo"

A prévia da inflação oficial do país medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15) acelerou 0,89% em agosto e atingiu, em 12 meses, 9,30% de variação. O resultado apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi divulgado na manhã desta quarta-feira (25), um dia depois de o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmar que a inflação de 7% a 8% está "dentro do jogo".

O resultado de agosto é o maior dos últimos 19 anos, informou o IBGE. O governo nega descontrole, mas a inflação está há meses se distanciando do teto da meta estipulado por sua própria equipe econômica, de 5,25% em 12 meses. O índice anual da inflação já é o maior desde 2016, ano do impeachment de Dilma.

Em 2021, que começou com promessas de recuperação da economia dos efeitos da pandemia, o índice já acumula alta de 5,81%.

Os dados do IPCA-15 de agosto demonstram que, dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito tiveram alta no período. Mais uma vez o trio energia elétrica, combustíveis e alimentos – todos produtos cujos preços poderiam ser administrados pelo governo – tiveram as variações de preços mais impactantes.

O custo da energia, sozinho, respondeu pela maior parte da variação do IPCA no mês, com aumento de 5% em agosto sobre julho. A bandeira tarifária vermelha patamar 2, cujo reajuste foi de 52% em junho, além dos aumentos contratuais autorizados para as distribuidoras locais explicam o aumento nos últimos meses. Essa variação compõe a inflação do grupo "Habitação", que cresceu 1,97% no mês. Neste grupo, também está incluído mais um aumento do preço do botijão de gás, de 3,19% sobre julho.

Já o preço dos combustíveis teve aumento médio de 2,02% em agosto, com a maior pressão vindo da gasolina: +2,05% no mês e acumulado de 39,52% nos últimos 12 meses. Também subiram o etanol (+2,19%) e o óleo diesel (+1,37%).

Segundo dados do IBGE, o grupo de Alimentação e Bebidas aumentou mais que o dobro, passando de 0,49% para 1,02% em agosto. Em 12 meses, os preços dos alimentos superam 16% de crescimento, pressionando o orçamento das famílias ou simplesmente inviabilizando o consumo de alguns produtos pelos mais pobres.

A inflação não é fator isolado, já que o desemprego no país já atinge 14,8 milhões de pessoas e a pobreza cresce a cada dia com o corte das medidas emergenciais de transferência de renda. Ainda assim, o ministro da Economia insiste que não há descontrole.

"A inflação sobe um pouco, todo mundo fala em 'descontrole'. Não é descontrole, a inflação está subindo no mundo inteiro", disse, durante evento virtual promovido pela Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC) na última terça-feira, 24.

"A inflação americana vai ser 7% neste ano, a nossa ser 7%, 8%, estamos dentro do jogo", completou o ministro, ignorando a realidade do país, quando milhares de brasileiros estão sendo despejados de suas casas por falta de emprego, outros milhares trocam carnes por ossinhos e o gás de cozinha é substituído por fogão à lenha.

Rebatendo a tese de que a inflação é um efeito apenas "parte do jogo", o economista e professor da UnB, José Luis Oreiro, explica que o movimento recente tem a ver com os fatores relacionados a oferta da economia.

"É uma inflação de custos, não é uma inflação de demanda. Basicamente, o que está pressionando a inflação nos últimos doze meses? Nos últimos doze meses nós tivemos pressão inflacionária devido ao aumento dos preços dos alimentos, devido ao aumento do preço das commodities no mercado internacional, notadamente o petróleo", disse em entrevista ao HP.

Leia mais no site: https://horadopovo.com.br/fracasso-do-governo-precos-da-comida-do-gas-e-da-luz-disparam-em-agosto/.

IGP-M: aluguel dolarizado sobe 31% em 12 meses

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) – conhecido popularmente como 'inflação do aluguel' – variou 0,66% em agosto deste ano, taxa menor ao 0,78% do mês anterior, mas acumula altas de 16,75% no ano e de 31,12% em 12 meses, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgados nesta segunda-feira (30).

Os aumentos nos preços das commodities, como o milho (que partiu de queda de 4,58% em julho para alta de 10,97% em agosto), e o café (que passou de 0,04% em julho para 20,98% em agosto), além da disparada nos custos da conta de luz (alta de 3,26%), mantiveram o indicador IGP-M gerando reajustes abusivos nos contratos de locação de imóveis, tornando-os impraticáveis, não apenas para as famílias, mas também para locadores de imóveis comerciais.

O IGP-M é composto por alguns subíndices, como Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). O IPA variou 0,66% em agosto, ante 0,71% em julho. Já o IPC, que inclui os custos com a conta de luz, acelerou a 0,75% em agosto, contra 0,83% em julho. Já o INCC variou 0,56% em agosto, ante 1,24% no mês anterior.

Em consequência da desastrosa gestão do governo Bolsonaro tanto na economia como na pandemia, o IGPM desde meados do ano passado vem apresentando seguidas altas, descolando assim da realidade dos consumidores brasileiros, já pressionados pela carestia dos preços dos alimentos e dos demais preços que são administrados pelo governo federal, como energia, gás de cozinha, gasolina etc.

Diante da pressão social, está em debate no Congresso Nacional projetos de leis (PLs) que buscam determinar que o reajuste dos contratos de aluguel residencial e comercial sejam indexados à inflação oficial do país, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE. Para os parlamentares e entidades favoráveis à mudança, não há sentido nenhum em manter os contratos de aluguel indexados ao IGP-M que está à mercê da especulação do mercado financeiro, da flutuação do dólar e dos preços internacionais das commodities. O governo Bolsonaro é contra a mudança, com o argumento de que "o reajuste do aluguel é firmado em contratos privados, negociação que não deve sofrer intervenção".

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio,67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Reprodução/GloboNews

Voltou a ameaçar a democracia, em Goiânia

Jair Bolsonaro já admite a possibilidade de ser preso

Jair Bolsonaro voltou a ameaçar a democracia neste sábado (18), em Goiânia, onde está, fazendo aglomerações e ajudando a espalhar a variante delta do coronavírus.

"Temos um presidente que não deseja nem provoca rupturas, mas tudo tem um limite em nossa vida. Não podemos continuar convivendo com isso", ameaçou ele, sem máscara, durante evento na Assembleia de Deus.

O "limite" a que ele se refere, e ameaça romper, é a existência de instituições da democracia, entre elas o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, que impõem limites legais e constitucionais às suas insanidades e seus arroubos golpistas. Na mesma ocasião, ou seja, no 1° Encontro Fraternal de Líderes Evangélicos de Goiás, ele afirmou que tem três alterativas para o futuro: estar preso, morto, ou obter "vitória".

"Pode ter certeza que a primeira alternativa não existe. Estou fazendo a coisa certa e não devo nada a ninguém. Sempre onde o povo esteve, eu estive", acrescentou.

Como todos nós sabemos que vamos morrer um dia, o fato de Bolsonaro avaliar que no futuro ele poderá bater as botas não é nenhuma novidade. Já a possibilidade de estar preso, hipótese levantada por ele, e que ele mesmo jura que não existe, coisa compreensível, afinal quase todo bandido diz que não deve nada, revela que, ao admitir esta possibilidade, Bolsonaro está apresentando, mesmo que por um curto espaço de tempo, um laivo de lucidez.

Sim, porque, além de ter sido responsável, com sua sabotagem criminosa às medidas sanitárias e à aquisição de vacinas, pela tragédia da Covid-19, que já matou quase 600 mil brasileiros, ter sido responsável, junto com Pazuello, pela morte por asfixia de centenas de amazonenses sem oxigênio, de ter montado, ou no mínimo encoberto, um esquema de propina na compra da Covaxin – descoberto pela CPI da Covid -, ele responde também a um inquérito no Supremo por espalhar mentiras sobre o processo eleitoral e atentar contra a democracia.

Ou seja, a chance de Bolsonaro ser algemado ainda dentro, ou no momento em que deixar o Planalto, não parece algo muito distante das análises políticas atuais. Por isso, essa possibilidade, levantada por ele, neste sábado, também não é de se estranhar. Aliás, no caso, não seria apenas ele a ter esse futuro previsto, mas quase toda a sua família.

O que parece mesmo pouco provável, pelo grau de sua loucura, pelo isolamento político, pelo desastre de seu desgoverno, com inflação disparada, desemprego e pobreza em alta e o risco de apagão no fornecimento de energia elétrica é a terceira hipótese que ele levantou, ou seja ser vitorioso. Mesmo que a "vitória" a que ele se refere seja a de seu plano de dar um golpe.

Como todo fascista, ele acha que pode impor ao país, à força, a vontade de uma minoria de fanáticos, terraplanistas e reacionários. Mas nem para uma aventura dessas ele tem demonstrado reunir forças. No último dia 25 de agosto, por exemplo, ele sofreu três derrotas políticas num mesmo dia. Elas deixaram patentes o seu isolamento e sua fraqueza.

Não falou no Dia do Soldado e ainda teve que ouvir o Comandante do Exército, general Paulo Sérgio, defender a democracia e a Constituição. Logo em seguida, o ministro Edson Fachin, do STF, arquivou sua ação contra o inquérito das fake news e, para completar o dia, o presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), enterrou seu pedido de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes.

Comando da PM-SP quer punição exemplar a coronel que convocou ato golpista

O comando da PM de São Paulo decidiu abrir um Inquérito Policial-Militar (IPM), a pedido do Ministério Público Estadual, contra o coronel Aleksander de Lacerda por convocar a manifestação golpista de Bolsonaro para o 7 de Setembro. Nas convocações, Lacerda ataca instituições e faz ofensas a ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), políticos de oposição e ao governador João Doria (PSDB).

Lacerda foi afastado na segunda-feira por ordem do governador João Doria (PSDB). A ideia inicial da Corregedoria da PM era fazer uma investigação "preliminar" depois de o coronel perder o CPI-7 (Comando do Policiamento do Interior-7) – onde chefiava sete batalhões – e ser transferido para o Estado-Maior Especial. A intenção do comando esbarrou na reação da Promotoria do Tribunal de Justiça Militar e da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, que abriu inquérito civil para apurar eventual improbidade administrativa de Lacerda.

Em reunião com os demais governadores do país, no início da semana, o governador João Doria (PSDB), denunciou a infiltração das polícias militares por elementos provocadores que, estimulados pelos discursos golpistas de Jair Bolsonaro, tentam quebrar a hierarquia militar e arrastar as corporações para as aventuras autoritárias do atual inquilino do Planalto. O tenente-coronel da Polícia Militar de São Paulo, Paulo Ribeiro, gravou um pronunciamento conclamando seus colegas para não participarem das manifestações bolsonaristas do dia 7 de setembro. "Estamos vivendo um momento delicado, em que aventureiros e irresponsáveis tentam nos conduzir para a consecução de seus objetivos espúrios", afirmou o tenente-coronel da reserva, que já integrou a Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar).

Manifesto une bancos, agro e indústria contra o golpismo

AFP

Manifesto teve origem na Febraban e a Fiesp encampou. Agronegócio aderiu

Governo entra em pânico com a adesão de tão amplos setores e pressiona a CEF e o BB a saírem da Febraban

O manifesto do empresários brasileiros, assinado por mais de 300 entidades, contra as ameaças de Bolsonaro à democracia está tendo um grande impacto político em todo o Brasil. Idealizado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) – aprovado em votação na entidade – e pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), os dois setores mais importantes da economia nacional, o documento vem ganhando adeptos e provocou pânico nas hostes do governo federal.

300 ENTIDADES ASSINAM

O manifesto, previsto para ser divulgado na terça-feira (31), ressalta a "preocupação com a escalada de tensões entre atores políticos", numa clara referência aos ataques desmedidos de Bolsonaro aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a integrantes do Congresso Nacional. Também pesou na decisão dos empresários de lançar o manifesto, a intenção de Bolsonaro de tumultuar o 7 de Setembro.

A reação do governo foi bem ao estilo do capitão cloroquina. Ele ameaçou com a retirada do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal do quadro de associados à Febraban.

Durante os últimos dias, os presidentes da Caixa e do BB, a mando do Planalto, tentaram impedir que a Febraban assinasse o documento. Os dois bancos teriam encaminhado nota à Febraban, comunicando a saída da entidade caso o manifesto fosse publicado na próxima terça-feira, como foi anunciado. O esforço para abortar o protesto dos bancos foi em vão. Na sexta-feira (28), a entidade aprovou em votação a participação no manifesto.

Entre os bancos que apoiaram a decisão estão Bradesco, Itaú, Credit Suisse, JP Morgan, BTG, Safra, Santander e muitos outros.

Segundo dirigentes de entidades, além da Febraban e da Fiesp, Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), Instituto Brasileiro da Árvore (Ibá, da indústria de celulose e papel), Abinee (indústria elétrica e eletrônica), Fenabrave (distribuição de veículos), Fecomércio, Alshop (lojistas de Shopping), Sociedade Rural Brasileira e o IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) vão assinar o manifesto. Ao todo, mais de 300 associações empresariais estão aderindo ao documento.

BB E CEF MANIPULADOS

A decisão dos bancos públicos que já teriam comunicado à Febraban a intenção de se desfiliarem da entidade gerou reação no Congresso por interferência política nos bancos. O presidente da comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), disse que pretende apresentar requerimento com pedido de explicações ao ministro da Economia, Paulo Guedes e os presidentes da Caixa, Pedro Guimarães e do BB, Fausto Ribeiro.

O empresário Guilherme Leal, um dos líderes do Conselho de Administração da Natura, afirmou que considera "totalmente inaceitável" que lideranças políticas questionem a realização de eleições. Já o executivo do Credit Suisse, José Olympio Pereira, diz que o mercado financeiro em particular está "surpreendentemente leniente" em relação à crise institucional provocada por Bolsonaro. Fabio Barbosa, ex-presidente do Santander no Brasil, disse que o manifesto "foi importante para externalizar a visão de um grupo grande e diverso".

Segundo um trecho do manifesto, divulgado pelo colunista Lauro Jardim, "as entidades da sociedade civil que assinam esse manifesto veem com grande preocupação a escalada de tensões e hostilidades entre as autoridades públicas. O momento exige serenidade, diálogo, pacificação política, estabilidade institucional e, sobretudo, foco em ações e medidas urgentes e necessárias para que o Brasil supere a pandemia, volte a crescer, gerar empregos e assim reduzir as carências sociais que atingem amplos segmentos da população".

O vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, também apoiou o manifesto. "São entidades da sociedade civil, com representatividade, e que consequentemente elas têm que sempre fazer valer às pessoas que foram eleitas por eles, o pensamento deles e as necessidades para que haja uma harmonia maior, vamos dizer, e uma comunhão de esforços e interesses entre os encarregados de governar, legislar, e o restante da nação", disse. Diante da celeuma provocada pelas críticas dos empresários, Mourão defendeu calma. "Eu não vejo que haja… Há uma retórica daqui pra lá, de lá pra cá. Nós temos as nossas visões, as nossas propostas, muitas vezes entram em choque com outras visões. Eu vejo que o tempo é o senhor da razão, ele vai distensionando as coisas", afirmou.

TENTATIVAS

Na tentativa infrutífera de impedir o lançamento do manifesto, assessores do Planalto tentaram defender o governo Bolsonaro. "O Brasil já está crescendo, a economia está em 'retomada em V' e já está gerando empregos" e, portanto, "o manifesto não faz sentido", afirmaram os assessores de Bolsonaro, negando a pandemia, o desemprego recorde, a explosão inflacionária e a carestia, assim como o apagão elétrico à vista e o aumento da fome e da miséria do povo brasileiro. A reação negativa aos argumentos governistas revela que cada vez menos setores sociais seguem acreditando do discurso belicista e golpista de Bolsonaro e no irrealismo fantasioso de Guedes.

Nesta segunda-feira (30), Guedes voltou a falar do manifesto e tentou novamente defender o indefensável desgoverno Bolsonaro. "Havia um manifesto de defesa da democracia e que alguém na Febraban mudou isso de defesa [da democracia] para um ataque ao governo e a própria Fiesp teria dito que não faria o manifesto. Agora isso não foi produzido por mim. Eu não estou conversando sobre isso. Eu tenho conversado todos esses dias em como resolver o problema dos precatórios", afirmou o ministro.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), foi outro que saiu a campo para tentar impedir a divulgação do manifesto dos empresários. Arthur Lira, líder do "centrão", segmento político ligado ao mundo empresarial, disse que conversou nesse domingo com Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e pediu a ele para aguardar até 7 de setembro, feriado na próxima terça-feira para só então lançar o manifesto.

SETE DE SETEMBRO

"Conversei com Skaf nesse domingo e como não tem um prazo para a divulgação do manifesto, ficou combinado que não será nesta semana. Vai aguardar as comemorações do 7 de setembro", disse Lira. O feriado foi citado pelo deputado porque a data está causando muitas preocupações em virtude das ameaças de ruptura às instituições democráticas. Atos violentos estão sendo convocados para este dia por parte de Jair Bolsonaro, seus círculos mais próximos e por suas milícias. "A nota não é da Febraban, é da Fiesp com a participação de mais de 200 entidades do setor produtivo. Virou uma nota da Febraban com reflexos para a Caixa Econômica Federal e para o Banco do Brasil desproporcional aos seus interesses", acrescentou o deputado.

Apesar de comentar sua conversa com Paulo Skaf, diretor da Fiesp, o deputado Arthur Lira reconheceu que o manifesto já não é apenas da Fiesp, e que, por ter recebido muitos adeptos, que hoje já abarca praticamente todo o empresariado brasileiro, dificilmente ele será abortado.

NÃO É SÓ A FEBRABAN

A ideia é que o manifesto de página dupla, com uma fotografia dos prédios dos Três Poderes, seja divulgado em página dupla em veículos de comunicação. Ele solicita a harmonia e a pacificação do país com o objetivo de permitir um crescimento sustentável e a geração de empregos.

"O manifesto em defesa da pacificação e harmonização teve uma adesão em um só dia de 200 instituições brasileiras. E outras disseram que gostariam de participar, mas precisavam de mais prazo. Por essa razão, foi aberto período maior para adesões", disse Skaf, sinalizando que poderá adiar a sua divulgação.

Segundo o empresário, após as pressões feitas pelo Planalto contra o manifesto e a possibilidade de adiamento, as adesões estão crescendo e já chegaram a mais de 300 entidades. O lançamento do documento poderá até ser adiado, mas, ao que tudo indica, ele não será cancelado. O que está ficando claro é que as pressões e ameaças de tirar o BB e a CEF da Febraban estão tendo efeito contrário ao desejado. As críticas ao governo no meio empresarial estão crescendo ainda mais.

"Estimular soluções de força é criminoso e covarde", denuncia o general Santos Cruz

*Em artigo publicado no jornal Estadão deste domingo (29), intitulado "**O governo, a população e as Forças Armadas**", o general Santos Cruz fez duras críticas às ameaças de Bolsonaro à democracia. Ele afirmou que "nenhuma autoridade pode ser agente de desmoralização e de enfraquecimento das estruturas existentes, promover fanfarronices, factoides, passeios com dinheiro público e alegar que não o deixam trabalhar".*

"É desrespeito às instituições militares inventar falsas justificativas e interpretações de conveniência para empurrar seguidores a pedirem intervenção de Forças Armadas (FAs), usar o prestígio e o poder militar como instrumento de intimidação e pressão política, para atingir objetivos de poder pessoal e de grupos. As FAs não podem ser exploradas e desgastadas por interesse político", diz Santos Cruz.

"Não existe nenhuma pista no artigo 142 que ampare essa interpretação. Também não existe nenhuma legitimidade em considerar as FAs "poder moderador" por conta de qualquer narrativa de conveniência. As FAs existem para a defesa da Pátria, para a garantia dos Poderes constitucionais, da lei e da ordem. Não cabe no Brasil atual a ideia de interferência de FAs no funcionamento e exercício dos Poderes da República", prossegue o texto. Confira abaixo a integra do artigo.

O governo, a população e as Forças Armadas

GENERAL CARLOS ALBERTO SANTOS CRUZ (*)

O presidente da República, senadores, deputados, prefeitos e vereadores são eleitos para assumirem suas responsabilidades e fazer o que é possível dentro da lei. O governo é eleito para governar e reforçar o regime democrático por meio do aperfeiçoamento das instituições, promover a paz social e o respeito pessoal, funcional e institucional.

Nenhuma autoridade pode ser agente de desmoralização e de enfraquecimento das estruturas existentes, promover fanfarronices, factoides, passeios com dinheiro público e alegar que não o deixam trabalhar. O populismo, a demagogia e a agitação social não podem ser praticados por autoridades.

A população, pelo voto, elege a pessoa e legitima a autoridade. Na democracia, o equilíbrio existe por uma dinâmica de forças entre os Poderes e outros núcleos de influência. As disputas e os conflitos são resolvidos dentro da legislação vigente. Também podem ser propostas modificações nas leis, dentro das normas e dos procedimentos que devem ser respeitados. Quando o equilíbrio é instável ou rompido, ele tem de ser restabelecido também de acordo com a lei.

Todas as manifestações públicas dentro da lei são válidas e importantes. Elas fazem parte do ambiente democrático, da liberdade de expressão e do jogo de pressões. O estímulo a soluções de força, fora da lei, com risco de violência, é criminoso e covarde. Aqueles que se perdem em suas ações têm de arcar com as consequências legais. Normalmente os extremistas, os incitadores da violência, desaparecem e ficam impunes, pois são covardes na sua essência. As pessoas, na sua luta por aquilo em que acreditam, seja qual for a linha, não devem cair na armadilha dos covardes, dos irresponsáveis e dos inconsequentes.

A convocação de manifestações não pode ser para transferir responsabilidades para a população, para outros Poderes, instituições, e para as Forças Armadas. Isso é falta de coragem funcional. A responsabilidade é intransferível.

É difícil definir democracia. É mais fácil observar algumas de suas características, como o respeito, a liberdade, as eleições periódicas, a igualdade, a dignidade, etc. Uma das expressões mais famosas é a de que a democracia é o "governo do povo, pelo povo, para o povo". Isso é fundamento conceitual. Na prática, a responsabilidade governamental é transformar essa abstração em realidade com ações dentro da lei, que foi feita pelo povo, por intermédio de seus representantes, ao longo do tempo. As leis sempre podem ser melhoradas, aperfeiçoadas e ajustadas aos tempos atuais, dentro da ordem legal. Fora disso é fuga da responsabilidade, demagogia, populismo, assembleísmo.

Uma manifestação, mesmo que numerosa, com toda a sua validade, não representa a vontade de um povo inteiro. O que representa a vontade de um povo, na democracia, é o voto, que pressupõe, de antemão, o respeito à decisão da maioria.

É desrespeito às instituições militares inventar falsas justificativas e interpretações de conveniência para empurrar seguidores a pedirem intervenção de Forças Armadas (FAs), usar o prestígio e o poder militar como instrumento de intimidação e pressão política, para atingir objetivos de poder pessoal e de grupos. As FAs não podem ser exploradas e desgastadas por interesse político.

Deturpar o artigo 142 da Constituição federal é artimanha e demagogia. Não é verdade que as FAs sejam garantidoras da independência e da harmonia entre os Poderes. Não é isso o que diz a Carta Magna. Não existe nenhuma pista no artigo 142 que ampare essa interpretação. Também não existe nenhuma legitimidade em considerar as FAs "poder moderador" por conta de qualquer narrativa de conveniência. As FAs existem para a defesa da Pátria, para a garantia dos Poderes constitucionais, da lei e da ordem. Não cabe no Brasil atual a ideia de interferência de FAs no funcionamento e exercício dos Poderes da República.

Não estamos na guerra fria, no pós-2.ª Guerra Mundial. Estamos em 2021. O Brasil não vive uma opção única entre a ameaça de caos e um "salvador da pátria", uma disputa entre amigos e inimigos, direita x esquerda. Isso é manipulação da opinião pública e a redução do nosso país à mediocridade da divisão social binária. Os problemas reais de nosso povo são a corrupção persistente, a fome, o desemprego, a falta de saúde pública, de educação, de segurança pública, de aplicação da lei, a desigualdade social e os privilégios imorais.

Extremos de qualquer matiz não podem impor suas agendas. Aventureiros não podem ser tolerados.

A Constituição e a legislação têm todos os recursos para encaminhar soluções legais. A manutenção ininterrupta de campanha política, de conflito permanente, causa prejuízo à paz social e insegurança, com consequências negativas principalmente para as atividades econômicas e para a vida dos mais necessitados. O governo precisa é transmitir equilíbrio, paz social, cumprir as leis, dar atenção aos principais problemas e exercitar a habilidade política nas disputas.

(*) GENERAL DA RESERVA, FOI MINISTRO DA SECRETARIA DE GOVERNO

Indígenas denunciam os ataques de Bolsonaro contra povos tradicionais

Protesto que ocupou a Praça dos Três Poderes, no DF, denunciou a ameaça da grilagem de terras e do garimpo ilegal incentivados pelo governo Bolsonaro

Os mais de 6 mil indígenas de 176 povos de todas as regiões do país que participam do acampamento "Luta Pela Vida", em Brasília, realizaram nesta sexta-feira (27) uma marcha contra a agenda de retrocesso ambiental e anti-indígena do governo Bolsonaro.

O protesto que tomou conta da Praça dos Três Poderes denunciou a ameaça da grilagem de terras e do garimpo ilegal e os projetos que estão em pauta no Congresso Nacional que colocam em risco os territórios indígenas.

Um caixão de mais de 10 metros de comprimento foi levado à frente do Palácio do Planalto, sede do governo federal para denunciar a política assassina de Bolsonaro contra os povos indígenas.

Além de paralisar as demarcações de terras indígenas e esvaziar os órgãos de fiscalização, favorecendo invasores, o governo federal vem adotando uma série de medidas que atacam os direitos dos povos tradicionais. No Congresso Nacional, diversas proposições buscam restringir os direitos territoriais indígenas.

Entre elas, destaca-se o PL 490/2007, recentemente aprovado na CCJC da Câmara, que flexibiliza o usufruto exclusivo das terras indígenas pelos povos originários, garantido pela Constituição, e na prática inviabiliza demarcações de terras indígenas.

Entre as restrições às demarcações de terras indígenas que o PL 490 busca impor está a tese do marco temporal, que está sendo analisada no processo de repercussão geral que está em análise no STF. Os povos indígenas acompanham o julgamento, que iniciou ontem (26) e deve ser retomado no dia 1/09.

MARCO TEMPORAL

O Acampamento "Luta Pela Vida" foi convocado por lideranças indígenas de todo o país para acompanhar o julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da tese do Marco Temporal, que estabelece como a data da promulgação da Constituição Federal, dia 5 de outubro de 1988, como a data de referência para limitar a demarcação das terras indígenas.

No julgamento, a Corte irá analisar a ação de reintegração de posse movida pelo governo de Santa Catarina contra o povo Xokleng, referente à Terra Indígena Ibirama-Laklãnõ, onde também vivem os povos Guarani e Kaingang.

A decisão tomada pelo STF tem status de "repercussão geral", ou seja, servirá de diretriz para o governo federal e todas as instâncias do Judiciário. O julgamento estava agendado para o último 25 de agosto, mas a discussão sobre o tema foi remarcada pelo STF para o próximo dia 1 de setembro.

Os povos indígenas alertam que a tese do Marco Temporal, é uma "interpretação totalmente inconstitucional defendida por ruralistas, mineradores e todos aqueles que têm interesse nos nossos territórios tradicionais".

Segundo a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), "de acordo com essa tese só teríamos direito à nossa terra se estivéssemos sobre sua posse no dia 5 de outubro de 1988".

"A tese ignora ainda uma dura realidade: muitos povos indígenas não conseguiram voltar às suas terras tradicionais antes desta data, pois justamente não tinham seus direitos territoriais reconhecidos pelo Estado brasileiro".

A entidade destaca ainda que o Marco Temporal vem sendo utilizado pelo (des)governo Bolsonaro para travar as demarcações de Terra Indígenas no Brasil e foi também incluída em proposições legislativas anti-indígenas, como o Projeto de Lei (PL) 490/2007, aprovado em junho pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) da Câmara dos Deputados.

"Povos indígenas isolados, que não tiveram sua existência comprovada pelo Estado antes de 1988, também serão fortemente afetados, pois seus territórios e recursos serão abertos para a exploração predatória", aponta a COIAB.

"Neste momento estamos acampados em Brasília para dizer NÃO ao retrocesso, NÃO à agenda anti-indígena que está em curso no nosso país, NÃO ao Marco Temporal! Mobilizados com a força dos nossos ancestrais, exigimos que seja cumprida a Constituição Federal. Juntos com milhares de parentes de todos o Brasil, seguimos na luta pela vida, defendo o futuro dos povos originários do Brasil", ressalta a entidade.

Divulgação

Manifestantes levaram caixão de 10 metros para o Palácio do Planalto

"É urgente agir em prol do acervo CEDOC/Funarte", alertaram

Artistas alertam para risco de incêndio e pedem proteção adequada a acervo da Funarte

Artistas, pesquisadores e instituições enviaram, na última quinta-feira (26), uma carta aberta ao presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte), Tamoio Athayde Marcondes, em que exigem a adequada preservação do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa (Cedoc) mantido pelo órgão.

O documento também solicita a abertura de um diálogo com a sociedade civil para a definição do futuro da valiosa coleção histórica, atualmente em perigo e sob risco de incêndio.

"O Brasil perdeu recentemente um montante de acervos de valor incalculável – além dos incêndios do Museu Nacional e da Cinemateca, há a crise da SBAT [Sociedade Brasileira de Autores Teatrais]. Nestas condições, é urgente agir em prol do acervo CEDOC/Funarte", ressalta a carta.

A carta foi redigida por pesquisadores do Grupo de Pesquisa História do Teatro Brasileiro, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio), e foi assinada por mais de 200 nomes da cena artística, como Fernanda Montenegro, Nathalia Timberg, Marieta Severo, Ary Fontoura, Juca de Oliveira, Marco Nanini, Renata Sorrah, Denise Fraga, Fulvio Stefanini, Renato Borghi, Walcyr Carrasco, Fábio Porchat, Paulo Betti, Zélia Duncan, Patrícia Pillar, entre outros.

Na última semana, o prédio de 13 andares que abriga a maior coleção histórica sobre teatro na América Latina, com cerca de dois milhões de preciosidades da cultura brasileira, no centro do Rio de Janeiro, foi interditado por tempo indeterminado por apresentar problemas estruturais.

O acervo é mais um que corre risco de incêndio por sobrecarga elétrica, impedindo até mesmo que os aparelhos de ar-condicionado sejam ligados, falta água em alguns banheiros e as lâmpadas estão queimadas. O único elevador que continua a operar só alcança determinados andares, com eventuais panes e quando chove muito precisa ser desligado devido às infiltrações na casa de máquinas. O laudo predial segue desatualizado há mais de dez anos, o que gera apreensão, já que os arquivos pesam e são crescentes.

O documento reconhece que a mudança física do acervo, diante de tais circunstâncias, "é mais do que recomendável". Mas pede "que qualquer atitude em relação ao acervo CEDOC seja pensada e planejada em colaboração com a comunidade acadêmica, artística e intelectual do país".

Em resposta à carta, na sesta sexta-feira (26), a Funarte afirmou que a instituição agirá "sempre em prol da execução das políticas públicas no interesse de todos", e informou que marcará uma reunião entre artistas e dirigentes da Funarte para que o destino do acervo seja debatido.

Brasil se aproxima do 100º ouro nos Jogos Paralímpicos de Tóquio

Ouros, pratas e goleadas na primeira semana das paralimpíadas de Tóquio marcam a participação do Brasil nos jogos, que prometem ser históricos. O país que possui a quinta maior delegação da competição, ocupa a sexta posição no ranking geral de medalhas. Na madrugada de domingo, duas medalhas de ouro de Elisabeth Gomes, com recorde mundial batido duas vezes, e Claudiney Batista vieram no atletismo, onde o Brasil ainda somou duas pratas com Vinícius Rodrigues e Alessandro Rodrigo, a mesma de Bruna Alexandre no tênis de mesa na madrugada desta segunda (30). O Brasil avançou às fases finais com goleadas no futebol de 5 e no goalball feminino.

No final de semana, o Brasil garantiu ainda ouro com Alana Maldonado no Judô, Maria Carolina Santiago na Natação, Mariana D'Andrea no Halterofilismo e Gabriel Araújo na natação.

O Brasil está a apenas um de seu centésimo na história das Paralimpíadas. Os resultados levam o país novamente para o sexto lugar no quadro geral de medalhas. São 35 no total, sendo 12 de ouro, oito de prata e 15 de bronze.

Os brasileiros estão empatados em ouro com os ucranianos, que desempatam nas pratas (tem 27). E ultrapassam os australianos, que têm 11 de ouro.

Elisabeth Gomes conquistou o ouro no lançamento de disco e quebrou o recorde mundial duas vezes

A meta do Comitê Paralímpico Brasileiro para Tóquio-2020 é terminar entre os top-10, sendo que a melhor colocação do país é o sétimo lugar de Londres-2012, como total de 43 medalhas, com 21 ouros, 14 pratas e oito bronzes.

Ainda nesta segunda, o nadador Daniel Dias participa das eliminatórias de sua última prova da carreira, às 22h34. Serão os 50m livre da classe S5, depois de ficar fora da final dos 50m costas com pódio fechado por chineses.

Na bocha, o Brasil teve alguns classificados e outros eliminados. Na classe BC1, José Carlos Chagas superou Tomar Kral, da Eslováquia, por 4 a 2, e se classificou. Maciel Santos, que venceu Claire Taggart, da Grã-Bretanha, por 8 a 1, já estava garantido na próxima fase da classe BC2. Eliseu Santos venceu Yuk Leung por 6 a 4 e também avançou na BC4. Evelyn Oliveira, porta-bandeira do Brasil na cerimônia de abertura, derrotou o australiano Daniel Michel por 3 a 2 e avançou com 100% de aproveitamento.

Por outro lado, Guilherme Moraes, Evani Soares, Natali de Faria e Mateus Carvalho perderam e foram eliminados, mas ainda disputam na competição por equipes. Moraes chegou a jogar mais uma vez, e venceu, mas não foi o suficiente para se classificar.

Paes ironiza "providências" de Carlos Bolsonaro contra passaporte da vacina

O prefeito Eduardo Paes (PSD) ironizou uma publicação do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos) no Twitter a respeito do novo "passaporte da vacina", anunciado pela prefeitura nesta sexta-feira (27).

Depois que Paes publicou três decretos com restrições à circulação de não imunizados pela cidade, determinando a exigência de comprovante de vacinação contra a Covid para a entrada em espaços de uso coletivo, Carlos Bolsonaro escreveu na rede social que estudava junto à sua assessoria uma medida contra as novas regras, por entender que elas se opõem à Constituição Federal.

"Em contato com nossa assessoria para alinhamento de providências a serem tomadas quanto ao Decreto 49335/21 do Prefeito do Rio de Janeiro (Eduardo Paes), publicado hoje, criando o 'passaporte sanitário', pois a matéria vai na contramão do que rege a Constituição".

Paes então sugeriu duas "providências" a serem tomadas pelo 02.

"Para facilitar o trabalho da assessoria, seguem as providências a serem tomadas: providência nº 1: tomar a 1ª dose! Providência nº 2: tomar a 2ª dose! Vacinas compradas e entregues pelo governo federal via Ministério da Saúde", ironizou.

O estado do Rio de Janeiro ao mesmo tempo em que eleva a esperança com o avanço da vacinação, onde muitas cidades já aplicaram a primeira dose contra a Covid-19 em praticamente toda a população adulta, também vive um momento de atenção com a rápida disseminação da variante Delta do novo coronavírus e do aumento das internações causadas por infecções respiratórias.

Nº 1: tomar a 1ª dose! Providência nº 2: tomar a 2ª dose!

"Os dados mostram um aumento recente das hospitalizações entre os grupos mais velhos. Isso está acontecendo em outros lugares, mas, no Rio de Janeiro, a situação está pior. As últimas estatísticas sugerem que algo diferente está acontecendo no Estado, mas ainda não sabemos exatamente o que é", avalia o pesquisador Leonardo Bastos, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Essa é uma das motivações para que a Prefeitura publicasse as medidas do chamado "passaporte da vacina", e dificultar o acesso de pessoas que se recusam a se vacinar a determinados espaços públicos como academias, estádios e ginásios esportivos, cinemas, teatros, museus, galerias e exposições de arte, convenções, conferências e afins. Durante o anúncio da medida, o prefeito informou que quase 200 mil pessoas não tomaram a 2ª dose.

"Obviamente o nosso objetivo é proteger as pessoas que acreditam na ciência e se vacinaram e fazer com que as pessoas se vacinem. Não é concebível que as pessoas que acham que vão se proteger sem a devida aplicação do imunizante terão uma vida normal. Não terão! O nosso objetivo é criar um ambiente difícil para quem não quer se vacinar", afirmou Paes durante a coletiva.

"Vamos nos conscientizar e tomar a vacina. Tem imunizante para todo mundo. Queremos atingir a perfeição! [da aplicação da vacina]", completou.

21.725 despejadas até agosto

Número de famílias despejadas aumentou 340% na pandemia

O número de famílias despejadas durante a pandemia de Covid-19 aumentou 340%, nos últimos 12 meses, no Brasil, segundo levantamento feito por mais de cem entidades e movimentos sociais que se uniram e criaram a "Campanha Despejo Zero", contra remoções durante a pandemia.

No país, os dados registram um aumento de 340% no número de famílias despejadas no último ano saindo das 6.373 registradas até agosto do ano passado para 21.725 até agosto desse ano.

Já o aumento no número de famílias ameaçadas foi de 485%: 18.840 até agosto 2020 para 91.305 no mesmo período.

Os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Amazonas registraram os maiores números de despejos: 4.862, 4.622 e 3.080 famílias, respectivamente.

Mas Paraná, Piauí e Pernambuco também chamam atenção com números preocupantes: 1.656, 1.325 e 2.000 famílias, respectivamente.

Para evitar essa situação, um Projeto de Lei que proibia que famílias fossem despejadas de imóveis urbanos durante a pandemia chegou a ser aprovado pelo Congresso Nacional e encaminhado para sanção presidencial. Entretanto, em mais um ato de crueldade, Bolsonaro vetou integralmente o texto.

O texto aprovado pelo Senado e pela Câmara pretendia suspender as desocupações determinadas pela Justiça até 31 de dezembro deste ano. O veto foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de agosto.

Ao vetar o texto, Bolsonaro faz questão de ignorar a questão humanitária, assim como em outras tantas áreas, e alega que o projeto "daria um salvo conduto para os ocupantes irregulares de imóveis públicos" que, segundo o presidente da República, "frequentemente agem em caráter de má fé".

Importante destacar que moradia é um direito. Segundo a Constituição Federal, todas as pessoas devem ter acesso a uma moradia, um teto, um endereço.

Governadores criam consórcio em defesa do Meio Ambiente

O cuidado com o meio ambiente foi um dos primeiros temas tratados pelos representantes dos estados no Fórum Nacional dos Governadores, na segunda-feira (23), em Brasília. Como medida de atenção ao clima, o grupo aprovou a criação de um consórcio entre as 27 unidades da Federação para administrar uma carteira de projetos de investimentos na área.

"Já apresentado pelas cinco regiões do país, (o consórcio) leva em conta todos os biomas do Brasil e vai tratar de investimentos nessa área de resíduos sólidos, universalização de água, cuidar das ciclovias, tratar a ida do lixo e a parte de esgotamento", afirmou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

Dias afirmou que a meta é cumprir o Acordo de Paris, sendo um tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.

"O objetivo é ter uma gestão competente, capaz de trabalhar captação de recursos, recursos dos estados, do Brasil, captados dentro e fora do país, do setor privado. Tudo isso para um plano em que o Brasil possa contribuir na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. É o nosso compromisso com o Acordo de Paris", garantiu.

Também, segundo o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), a ideia é que, se agirem em bloco, de forma conjunta, as chances de os governadores conseguirem recursos no exterior aumenta de forma exponencial.

Há também, porém, um aspecto político na decisão de criar o consórcio. A posição negacionista e antiambientalista do governo Jair Bolsonaro vem reduzindo as possibilidades do país no exterior e a imagem externa do Brasil. Os governadores querem, assim, criar um outro fórum paralelo ao governo brasileiro que possa falar pelo país no exterior. "É um caminho novo que se encontra", comenta Casagrande. "Os governadores querem mostrar que há outros discursos e outras preocupações além daqueles do governo federal".

Segundo Casagrande, a ideia de criação do consórcio foi aprovada de uma forma geral no Fórum de Governadores. A adesão, no entanto, ao bloco, e a sua formalização de fato dependerá agora de aprovações nas assembleias de cada estado. "Mas a ideia está lançada", conclui.

Em meio a tensão entre os Poderes, o Fórum Nacional de Governadores se reuniu para discutir a atual conjuntura política e econômica, além da defesa da democracia. O coordenador do evento é o governador Wellington Dias. O anfitrião da reunião foi o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). Apenas os governadores de Tocantins, Mauro Carlesse, e do Amazonas, Wilson Lima, não participaram do encontro.

CSPB

"PEC 32 de Bolsonaro irá acabar com o Serviço Público do Brasil", denuncia presidente da CSPB

Fábio Monteiro, do FONACATE (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típica de Estado), fez uma apresentação com precisão cirúrgica sobre a PEC 32 durante a live promovida pela Federação dos Servidores Públicos de Goiás: "o principal objetivo da PEC é diminuir drasticamente o número de servidores públicos, porque eles consideram que o gasto com servidor não é um benefício para o conjunto da sociedade, mas um desperdício". A PEC cria critérios de avaliação cujo propósito não é medir o desempenho, mas justificar as demissões. A medida vai acabar com a estabilidade e com os concursos públicos para maioria dos servidores. Apenas aqueles com carreira típica de estado — juízes, procuradores, policiais e funcionários do fisco — é que prestarão concurso e terão estabilidade e, mesmo nessas carreiras, permanecem riscos à sua estabilidade caso a PEC seja aprovada.

O servidor público vai passar a ser contratado por um período determinado de tempo e vai receber por peça, por tarefa e por período determinado, como hoje, o trabalhador do Uber ganha. Segundo Fábio, "a Educação, a Saúde e o Meio Ambiente vão deixar de ser responsabilidade do Estado. Serão terceirizados. Servidores públicos dessas áreas serão demitidos".

Para João Domingos, presidente da CSPB (Confederação dos Servidores Públicos do Brasil), "é uma falácia, uma mentira, a tal da ineficiência dos serviços públicos brasileiros". Segundo o Presidente, "nas últimas duas décadas o SUS aumentou os atendimentos de saúde em 500%. O número de matrículas nas escolas públicas brasileiras aumentou em 600%. Entretanto, diminuiu o investimento público do Estado e a população aumentou em 30 milhões. É mais gente para ser atendida, com menos investimento e menos servidores públicos. Dramaticamente, o serviço público continua resistindo". Informou ainda que, para a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o déficit de servidores no Brasil é de pelo menos 10 milhões e meio, ou seja, de 50%.

DESASAGEM SALARIAL

De acordo com Domingos, outra mentira deslavada que tem sido propalada pelo Guedes diz que o servidor público tem aumento de salário todo ano. O que nós lutamos é pela reposição da inflação passada. A última vez que nós negociamos foi em 2016, que repôs a inflação em 15%, parcelado em três vezes, e que só foi pago em 2016 e 2017."

Na avaliação de João Domingos a PEC, na verdade, pretende realizar um ajuste fiscal à custa do setor público, ou seja, aniquila o serviço público. Para ele, a pandemia desmascarou a mentira sobre a ineficiência do serviço público no Brasil: "graças ao SUS, graças ao atendimento de saúde, graças ao estado brasileiro, nós conseguimos salvar milhões de vidas".

Essa PEC nos traz a oportunidade de discutir um novo modelo de Estado. Para Domingos "devemos aproveitar a oportunidade e denunciar que essa PEC prejudica 100% dos brasileiros, traz a universalidade da perversão. Precisamos construir uma unidade nacional de todos os brasileiros, e nós estamos construindo isso e o grande impulsionador foi o movimento Basta! A luta não é nem de longe corporativa. Essa é a nossa principal tarefa do momento, levar essa luta para o conjunto da sociedade".

ESTADO ZERO

João define que "essa PEC é o chassi de um modelo de estado, não é uma reforma administrativa. Esse modelo que a PEC 32 tenta consolidar é o modelo do nenhum Estado, se resume na ausência do Estado. A palavra que resume essa PEC, e essa palavra estava escrita na PEC 32, no artigo 37, é a subsidiariedade. Isso quer dizer que o Estado não é mais necessariamente prestador de serviços púbicos, o Estado terá uma relação de subsidiariedade com o serviço público. O mercado é que vai prestar os serviços públicos. Caberá ao governo remunerar o mercado. Isso quer dizer que não vai ter escola pública de graça, nem SUS, nem Segurança Pública. Não vai ter pesquisa científica. Tudo vai ser feito pelo mercado, exceto onde o mercado não enxergar lucro". "Estamos em guerra, esse governo, desde que assumiu, declarou guerra aos pobres, e às instituições sociais, e nós temos que defender o Estado Social Democrático e de Direito", concluiu Domingos.

CARLOS ALBERTO PEREIRA
Colaboração: VITOR SOLEMAR PEREIRA

Plano do governo é entregar Correios por 'um valorzinho', revela secretária

Reprodução/TV Brasil

Governo quer entregar Correios de presente a amigos, denuncia Adcap

Secretária de Privatizações de Bolsonaro diz que preço mínimo pedido em leilão será bem menor do que o valor dos ativos da estatal

A secretária de privatizações de Bolsonaro, Martha Seillier, revelou, em entrevista ao portal Uol neste sábado (28), que o objetivo do governo é entregar os Correios de presente à iniciativa privada, com a venda da empresa por um valor "simbólico".

Seillier afirmou que o preço mínimo do leilão da estatal será muito menor do que o valor dos ativos da empresa.

A justificativa da secretária é que, com a venda, a empresa privada arcaria com tributos que hoje a estatal não paga, justamente pelo seu papel estratégico de empresa estatal que garante um serviço universal aos brasileiros. Segundo ela, "essa é a conta que estamos fazendo. Vai sobrar um valorzinho, vamos dizer assim, que é o quanto a gente vai pedir no leilão", disse.

Caso seja privatizada, a empresa teria que pagar esses impostos ao Estado, como IPTU, ICMS, ISS e IRPJ, que chegaria a cerca de R$ 2 bilhões por ano, diz o governo baseado em um "estudo". É esse o valor que o governo que compensar à empresa compradora, cobrando um valor "simbólico" no leilão.

Para a Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap), a máscara do governo caiu com a declaração da secretária. "Querem doar os Correios a um grupo de amigos do poder e produzir um apagão postal no Brasil", afirma a Associação.

"A necessidade de obtenção de recursos para fortalecer o caixa da União e até para programas sociais virou um valorzinho", disse a associação. "Quem em sã consciência pensaria em vender por um valorzinho uma empresa que produziu mais de R$ 1,5 bilhão de lucros no ano passado e que já acumulou mais de R$ 1 bilhão de lucros em 2021?", afirma a entidade em nota.

A Adcap ressalta ainda a inconstitucionalidade da venda dos Correios, alertando que o projeto abre brecha para o aumento abusivo de tarifas, com a possibilidade de preços de cartas serem diferenciadas dependendo da origem e destino.

LUCRO

De acordo com o balanço contábil de 2020, os Correios tiveram um lucro líquido de R$1,53 bilhão com o aumento das vendas pela internet e com os serviços essenciais da empresa durante o período da pandemia. Este é o melhor resultado nos últimos 10 anos. Nos últimos 4 anos os Correios registraram lucros consecutivos: em 2019, foram R$ 102,1 milhões; em 2018 a empresa registrou lucro de R$ 161 milhões e; em 2017 de R$ 667,3 milhões.

Desses lucros, conforme o Estatuto Social da estatal, os Correios repassam 25% para o Tesouro Nacional. Recursos que podem ser investidos em outras áreas como saúde, educação e segurança.

Além dos lucros anuais, a estatal possui um patrimônio líquido de R$ 950 milhões (valor dos ativos menos os passivos), além de imóveis que valem, pelos menos, R$ 3,85 bilhões, pois o valor está defasado pelo atraso no processo de reavaliação devido à pandemia.

Reprodução/Twitter

Diretoria da UNE toma posse no Congresso Nacional com ato em defesa da democracia

A nova diretoria da UNE (União Nacional dos Estudantes) tomou posse simbólica nesta quarta-feira (25) em cerimônia no Congresso Nacional, com a presença do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, deputados e senadores.

A posse aconteceu junto com um ato em defesa da educação, quando a entidade entregou ao presidente do Senado a "Carta ao Congresso Nacional", com as pautas urgentes em defesa da democracia e da educação, pela reposição do orçamento das universidades e questões ambientais.

A diretoria da UNE foi eleita em 18 de julho, no Congresso Extraordinário realizado pela entidade, quando a amazonense Bruna Brelaz foi eleita presidente.

"É com muito orgulho que a partir de hoje assumo a presidência da UNE. Trago a força de ser mulher negra e amazonense, pronta para lutar junto aos milhões de estudantes brasileiros por um país digno e potente. Orgulho de fazer parte de uma entidade tão combativa. Somos gigantes e muito, muito maiores do que os que tentam nos derrubar", disse Bruna.

Pacheco destacou o simbolismo e a importância da posse da entidade acontecer no Congresso Nacional quando a democracia está sob ameaça no país.

"No momento em que estamos vivendo, é muito importante a união do povo brasileiro e as manifestações da sociedade civil em defesa da democracia", afirmou o presidente do Senado.

"Neste momento, o pior biênio da vida nacional, com mais de 560 mil irmãos brasileiros mortos, é incrível que nós não tenhamos conseguido despertar no povo brasileiro o sentimento de união. Tem-se semeado discórdia, intolerância, ódio. E o nosso papel no Congresso Nacional é o de colocar freio nesse tipo de sentimento. Precisamos buscar a pacificação do Brasil", afirmou Pacheco.

O deputado federal Rubens Jr. (PCdoB-MA) enfatizou o histórico de lutas da entidade e lembrou em sua fala a conhecida palavra de ordem da entidade na luta em defesa da democracia: "A UNE somos nós, nossa força e nossa voz!".

Para o deputado André Figueiredo (PDT-CE), "a UNE tem um papel importantíssimo nesse momento. A história da UNE é a nossa referência", disse.

O senador Weverton (PDT-MA), que já foi diretor da UNE, ressaltou a importância da educação e afirmou que o Congresso Nacional "está sintonizado" com a sociedade na defesa da democracia.

Também participaram do ato, entre outros, os deputados Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Marcelo Ramos (PL-AM) e Marcelo Freixo (PSB-RJ).

'Privatização dos Correios será o abandono do serviço nos pequenos municípios', afirma Werner Rempel

O vereador da cidade de Santa Maria (RS), Werner Rempel (PCdoB), denunciou, em seu canal no YouTube, a proposta de privatização dos Correios e alertou para a importância da estatal para a população e para o país.

"Muitas pessoas não sabem, mas os Correios entregam medicamentos pelo país afora, entrega material didático para as escolas. A empresa exerce um papel que é inédito – provavelmente no mundo inteiro – que é a questão do banco postal. Existem locais no país que não tem banco e quem faz os serviços de banco nesses locais no país são os Correios. Portanto, ao mesmo tempo em que é uma empresa de logística para levar todos esses serviços para o país inteiro, é uma empresa altamente eficiente e altamente estratégica", destaca Werner.

Nos últimos 20 anos, de 2001 a 2020, a empresa lucrou R$ 12,4 bilhões em valores atualizados pelo IPCA, segundo reportagem do Uol, e desses, R$ 9 bilhões foram repassados à União, ou, 73% dos seus lucros. "Por isso, existe tanto interesse, alardeado pelo governo, na privatização. Se fosse completamente deficitário ninguém teria interesse. Eles querem os Correios para pegar o filé e deixar o resto jogado às traças", denuncia o vereador de Santa Maria.

Werner explica que a privatização dos Correios coloca em xeque o atendimento a pequenas cidades e regiões consideradas não lucrativas, deficitárias. Atualmente, os Correios são a única empresa presente em todos os 5570 municípios brasileiros, enquanto as empresas de logística privadas atuam nos cerca de 300 municípios mais rentáveis e contratam os serviços da estatal para entregas nas demais regiões.

"As capitais e grandes cidades do país são uma grande área de interesse para as empresas que quiserem ter controle sobre os Correios a partir da privatização da empresa, mas dificilmente ela vai ter interesse lá no fim do Mato Grosso, lá no Nordeste, em locais longínquos do nosso estado, aqui no Rio Grande do Sul, onde não existe um volume de trabalho lucrativo para elas. Essas áreas menores são muito prejudicadas e que hoje a empresa estatal consegue tratar de forma mais ampla", afirma o parlamentar.

"Os municípios com menos de 20 mil habitantes, que são a maioria dos municípios brasileiros, certamente não vão ser do interesse da empresa que arrematar a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos porque não vão dar o retorno que eles esperam. A iniciativa privada é ávida pelo lucro, mas avessa a trazer serviço social, porque é da sua lógica", completa.

Para Werner, isso se dá porque as empresas públicas têm a possibilidade – porque existem para prover as populações de políticas públicas – de pegar esse lucro dessas regiões mais rentáveis e jogá-los para cobrir as áreas completamente deficitárias.

"Eu sempre tive a preocupação de frisar que essas duas questões não são comparáveis, não se pode comparar coisas absolutamente distintas. A lógica privada é uma, a lógica pública é outra. A lógica estatal funciona em razões de Estado, em função de prover um país, de prover uma região de políticas específicas. Já a lógica privada ela se guia principalmente pelos interesses privados, do lucro da empresa e de seus acionistas. Portanto, a estatal existe para melhorar a vida de uma população inteira, de um povo inteiro. Uma empresa privada que visa o lucro, privativamente, ela está preocupada muito mais com o atendimento de seus interesses", explica Rempel.

Em 2020, a empresa registrou o maior lucro dos últimos 10 anos, com R$ 1,53 bilhão e, "25% disso, porque está no estatuto dos Correios, foi para o Tesouro Nacional e pode ser aplicado em outras áreas, embora eu suspeite que o governo vá esterilizar esses 25% com o pagamento de juros para o capital financeiro. Portanto, além de ser lucrativo, os Correios colaboram com o governo brasileiro, com o Tesouro Nacional para o desenvolvimento do Brasil", diz Werner.

"Fim da estabilidade dos servidores é voltarmos ao Brasil da República Velha", afirma deputado

O presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público (Servir Brasil), deputado Israel Batista (PV-DF), entregou, no último dia 24, um requerimento ao presidente da Comissão Especial da PEC da reforma administrativa (PEC 32), deputado Fernando Monteiro (PP-PE), pedindo que a tramitação da PEC seja suspensa.

Na mesma ocasião, a Servir Brasil, a Ordem dos Advogados de Brasília (OAB-DF) e mais 29 entidades ligadas ao serviço público entregaram ao presidente da Comissão um documento que apresenta questionamentos a pontos da Reforma Administrativa apresentada pelo governo federal em tramitação no Congresso Nacional.

O documento defende que se a reforma for aprovada vai impactar não só a vida dos servidores, mas também afetará a prestação dos serviços públicos à população.

Desde que foi apresentado ao Congresso, a Frente Parlamentar vem atuando no sentido de ampliar o debate sobre o projeto e apontar os riscos que a reforma acarretará aos serviços públicos. Para o presidente da Frente, o ponto mais grave do projeto é o fim da estabilidade para os servidores.

Em entrevista à Folha de S. Paulo, em maio, o deputado ressaltou que a estabilidade "é inegociável". "É o principal ponto da reforma proposta pelo governo. Esse é o maior defeito da reforma".

Para Batista, o objetivo do governo é "burlar o concurso público de alguma forma, aumentar a quantidade de trabalhadores públicos temporários e enfraquecer o seu compromisso com seus trabalhadores".

"O trabalhador ao envelhecer, ao invés de ter reciclagem, ter formação continuada, será simplesmente dispensado. O vínculo de experiência é muito difícil de ser implementado. Como implementar isso para um delegado de Polícia Federal? Vai ter acesso restrito aos inquéritos?".

"Na verdade, as formas de vínculos se resumem a duas: com estabilidade e sem estabilidade. A intenção do governo é fazer com o que o Brasil volte às condições político-administrativas da República Velha, quando se escolhia diplomata por sobrenome. Esse é o Brasil que o governo quer de volta. Para a frente Servir Brasil, a estabilidade é inegociável", afirmou o deputado.

Em audiência pública no início de agosto, o deputado ressaltou ainda que considera o debate sobre a estabilidade perigoso e infrutífero. "A estabilidade é essencial para toda a equipe. O auditor pode dar uma multa, mas o servidor administrativo colocar a multa no fundo da gaveta a pedido do governador", afirmou.

Alexey Druzhinin/AFP

Líderes decidem fortalecer ação conjunta

Xi e Putin se unem pela paz e contra o terrorismo

Em conversa por videoconferência na véspera da explosão em Cabul, líderes da China e Rússia concordaram em rechaçar interferência externa no Afeganistão, em agir para a reconstrução do Estado nacional afegão e em cobrar do Talibã um governo inclusivo, que busque a paz e combata o terrorismo e o narcotráfico

O hediondo atentado cometido pela afiliada local do Estado Islâmico com um homem-bomba, que matou 62 civis afegãos, 28 guardas talibãs e 13 marines nos portões do aeroporto de Cabul, e feriu mais de 150 pessoas, reforça a importância da mensagem dos governos da China e da Rússia, no dia anterior, chamando a comunidade internacional a uma ação coordenada que preserve o Estado nacional afegão, apoie uma transição pacífica e inclusiva e impeça que a instabilidade se espalhe às nações vizinhas – sem o que não é viável nem deter o terrorismo ou conter o narcotráfico.

Ao Talibã, os presidentes Xi Jinping e Vladimir Putin exortaram ao combate ao terrorismo e ao narcotráfico e, em especial, à constituição de um governo inclusivo, ao mesmo tempo em que salientaram seu consenso contra a ingerência externa no Afeganistão e pelo respeito às opções tomadas pelo povo afegão.

A análise da situação no Afeganistão foi um dos principais temas da videoconferência entre Xi e Putin, motivada pelos 20 anos do Tratado de Amizade China-Rússia, que elevou o relacionamento dos dois países a um patamar de parceria estratégica, em defesa da soberania, da democracia, da paz e do direito internacional.

As cenas brutais no aeroporto de Cabul reforçam a percepção das ameaças que atingem o país, e que são, no essencial, fruto dos 20 anos de ocupação e de crimes de guerra dos EUA, desde a tortura em Bagram até as chacinas de festas de casamento com drones, e da política da CIA, aliás, iniciada no Afeganistão nos anos 1980, de instrumentalizar fanáticos. Daí veio a Al Qaeda e seus múltiplos rebentos.

Também se mostrou fracassada a estratégia escolhida por Washington de sair deixando a casa pegar fogo, e apostando no pior depois da retirada. Foi o maior número de soldados norte-americanos mortos em um único dia no Afeganistão desde 2011.

Foi como registrou o Global Times: em sua retirada do Afeganistão realizada como "uma fuga", os norte-americanos "não levaram em consideração a reconstrução" do país. O ataque ao aeroporto é a outra face daquele abandono da base de Bagram, na calada da noite, sem se dar sequer ao trabalho de avisar o exército fantoche.

O caos que o governo Biden provocou no aeroporto, aglomerando sem qualquer planejamento multidões de afegãos aos quais se anunciou a concessão do 'visto para Miami', também não era propriamente inocente e 'preocupado' com ex-auxiliares. Foi a promoção explícita de um "êxodo de cérebros" – como até o Talibã notou.

Agora, a grande preocupação de Biden é com o estrago que o desastre de Cabul e vergonhosa retirada do Afeganistão poderá causar nas eleições intermediárias do próximo ano.

No último dia 15, o Talibã tomou Cabul sem disparar um tiro em meio à fuga do presidente instalado pelos 20 anos de ocupação imposta por Washington. A retirada norte-americana deverá estar concluída na terça-feira (31).

ROMPIMENTO COM O TERRORISMO

O Talibã condenou o "incidente horrível" do aeroporto e prometeu "levar os culpados à justiça". Como assinalou o jornal chinês Global Times, os ataques terroristas do Estado Islâmico só tornarão a retirada do governo Biden "mais miserável e infame". A repetida incompetência da equipe Biden "está clara para todos".

O morticínio no aeroporto pôs em realce uma declaração já feita anteriormente pelo Talibã, e repetida a Pequim, Moscou e Washington, de que "não permitirá" que nenhuma força use o Afeganistão para atingir um terceiro país.

Mas, como sublinhou o jornal chinês Global Times, a erradicação do terrorismo requer "cooperação máxima entre a comunidade internacional e o governo local, para que a paz e a estabilidade possam encontrar seu terreno no Afeganistão e não haja espaço para o terrorismo".

Há, ainda, o que o GT chama de "a complexidade do Afeganistão". "As montanhas que se tornaram o cemitério de um império após o outro, também bloqueiam o país de uma governança moderna". "O tribalismo permite que o extremismo encontre um abrigo e um novo ponto de partida".

Curiosamente, nos últimos dois anos não faltaram relatos, sobretudo de fontes russas, denunciando que jihadistas do Estado Islâmico vinham sendo transportados por via aérea de áreas sob controle norte-americano na Síria para o Afeganistão.

OUVIR O TALIBÃ E "JULGAR SUAS AÇÕES"

Rússia e China vêm chamando a comunidade internacional a ouvir as palavras do novo regime e "julgar suas ações". A videoconferência também demarcou a disposição de Pequim e Moscou para ajudarem a reconstruir a paz, estabilidade e desenvolvimento no Afeganistão com base no respeito à vontade e escolha do povo afegão, em contraposição às já anunciadas sanções e novas ameaças dos EUA.

Também salientou o apoio que poderá ser prestado pela Organização de Cooperação de Xangai, que reúne os Estados ex-soviéticos da Ásia Central, Rússia, China, Paquistão e Índia, com a iminente oficialização do Irã, e na qual o Afeganistão já tem o status de observador.

Como destacou Putin, a Rússia está disposta a se comunicar de perto com a China e participar ativamente de um mecanismo multilateral sobre a questão afegã para promover uma transição pacífica, reprimir o terrorismo, cortar o contrabando de drogas, prevenir a propagação de riscos à segurança do Afeganistão, resistir à interferência e destruição por parte das forças forâneas e salvaguardar a estabilidade regional, disse Putin.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Americanos tomam as ruas em defesa do direito de todos ao voto

Yahoo News

"Proteja seu direito", conclama faixa que encabeça ato realizado em Washington

Governos estaduais de trumpistas tentam usurpar o direito ao voto de negros e pobres impondo restrições, o que tem levado milhares a exigirem lei federal única que possa garantir esse direito

"Como você impede que certas pessoas votem sem dizer explicitamente que não podem votar? Você reduz o voto pelo correio, reduz os centros de votação, as horas para votar. Aí você faz com que a votação seja em dias úteis", listou Luther King III, acrescentando que isso afeta especialmente os trabalhadores afro-americanos e latinos. Desde janeiro, 18 estados adotaram normas restritivas

Dezenas de milhares de pessoas foram às ruas em Washington, Houston, Atlanta e outras cidades dos EUA para defender o direito ao voto dos negros, latinos, asiático-americanos, dos setores mais vulneráveis do país, e protestar contra leis aprovadas em vários estados liderados pelos republicanos.

Desde janeiro, pelo menos 18 estados adotaram um total de 30 leis eleitorais restritivas, com dezenas de outras sob consideração, de acordo com o Brennan Center for Justice, um instituto de políticas públicas sem fins lucrativos.

Nos EUA o voto não é obrigatório e as leis variam em cada estado e vão desde a obrigação de ter um endereço fixo para inscrição nas listas eleitorais, que muitas vezes é localizado muito distante da residência; até a proibição de votar desde o carro (drive-through) em plena pandemia. São 'leis racistas e antidemocráticas de supressão de eleitores', denunciam, exigindo que o Congresso tome providências sobre o assunto e aprovem lei federal que garanta o direito ao voto para todos.

Cerca de 20.000 pessoas se reuniram em Washington, com bandeiras do Black Lives Matter ("Vidas Negras Importam"), segurando faixas com dizeres como "Direito ao voto para todos" ou "O voto é sagrado". Os manifestantes marcharam da Casa Branca ao Capitólio, sede do Congresso.

A data das mobilizações não foi escolhida ao acaso: foi em 28 de agosto de 1963 quando, diante de cerca de 250 mil pessoas, Martin Luther King proferiu seu discurso "Eu tenho um sonho", que se tornou uma referência na luta pelos direitos civis da população negra dos EUA.

Na manifestação deste sábado, seu filho Martin Luther King III falou sobre a necessidade de salvaguardar a democracia norte-americana e garantir o direito de voto para todos.

"Como você impede que certas pessoas votem sem dizer explicitamente que não podem votar? Você reduz o voto pelo correio, reduz os centros de votação, as horas para votar. Aí você faz com que a votação seja em dias úteis", listou Luther King III, acrescentando que isso afeta especialmente os trabalhadores afro-americanos e latinos.

"Faremos história carregando a tocha da justiça que meu pai e tantos outros carregaram 58 anos atrás", disse, antes de pedir à multidão que "não abandonasse" a luta pela igualdade nas urnas. "São vocês que carregam esse sonho e chegou a hora de realizá-lo", assinalou aos manifestantes.

Alertou que o momento atual é perigoso porque em questão de semanas os congressos estaduais vão desenhar o mapa dos distritos eleitorais e podem, em muitos casos, colocar obstáculos para o voto das minorias.

Em 2022, estão previstas para serem realizadas as eleições de meio mandato nos Estados Unidos, onde serão renovadas as duas casas do Congresso do país.

Em 1965, o Congresso dos EUA adotou a Lei de Direitos de Voto, destinada a proibir medidas eleitorais discriminatórias. Mas, alguns estados, principalmente no sul, aprovaram muitas mudanças aparentemente técnicas que tornam mais difícil para os afro-americanos – que tendem a ser eleitores mais progressistas – votarem.

Esse processo se acelerou recentemente quando o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, fez alegações mentirosas de que uma fraude maciça lhe custou a vitória na eleição presidencial de novembro de 2020. E nunca provou uma vírgula das falsas acusações de repetiu à exaustão.

A Câmara dos Deputados, de maioria democrata, aprovou neste ano dois projetos de reforma eleitoral que visam limitar essas restrições, mas os textos atualmente têm dificuldade de superar o bloqueio republicano no Senado.

Peruanos apoiam Pedro Castillo e Congresso derrota o fujimorismo

Reprodução

Fotocomposição Resumen Latino e Andina

Ato em Lima (acima) e premiê traz plano ao parlamento

"Voto de desconfiança" proposto pela oposição fujimorista foi amplamente derrotado por 73 a 50 após mobilização popular respaldar o governo do presidente Castillo e do primeiro-ministro Bellido

Após dois dias de intensa tensão no Congresso do Peru e forte mobilização nas ruas de Lima, os parlamentares aprovaram nesta sexta-feira (27), por 73 votos a 50, sem nenhuma abstenção, o voto de confiança ao gabinete do presidente Pedro Castillo, apresentado pelo premiê Guido Bellido.

"A busca por consensos permitirá governar junto ao povo e pelo desenvolvimento de políticas públicas de caráter social", afirmou Castillo, agradecendo o expressivo apoio dado pelos congressistas contra o narco-fujimorismo.

"A missão histórica deste governo é realizar mudanças estruturais de maneira ordenada, democrática e em paz", reforçou Guido Bellido, que iniciou o seu discurso em quechua e aymara.

Conforme vários dirigentes dos movimentos sociais, Bellido e seus ministros tiveram uma "paciência à prova de balas" para ouvir todo tipo de infâmias e acusações dos deputados fujimoristas – pela notória e reconhecida relação com o narcotráfico, pelo próprio Estado criminoso dos anos do ditador Alberto Fujimori (1990-2000), atualmente preso. De forma firme, a bancada governamental do Peru Livre foi esclarecedora e não se deixou cair em provocações.

O Congresso peruano – unicameral – é composto por 130 parlamentares: 37 são do Peru Livre; 24 do partido de Keiko Fujimori (filha do ditador), Força Popular; 16 do partido de centro-direita Ação Popular; 15 da Aliança para o Progresso; 13 do partido Renovação Popular; 7 do Avança País; 5 do Juntos Pelo Peru, Somos Peru e Podemos Peru; e 3 do Partido Morado, de Francisco Sagasti.

Um dos últimos oradores – antes da votação – foi o porta-voz do partido centrista Podemos, que ratificou o "apoio crítico ao gabinete".

Por fim, o primeiro-ministro Bellido voltou a definir a sua relação com o "terrorismo", de que foi acusado pelos narco-fujimoristas e, de forma contundente, destacou que governarão para todos, mas sobretudo para a maioria humilde. Emocionado, concluiu fazendo uma saudação em homenagem aos povos originários do Peru.

APOIO DAS RUAS

A expressiva diferença de votos, conforme as lideranças, foi garantida pelo apoio de dezenas de milhares de peruanos que voltaram às ruas de Lima para respaldar o gabinete Castillo-Bellido no momento em que o Congresso debatia o voto de confiança.

Concentrados em vigília em frente ao parlamento desde a noite de quinta-feira (26), os manifestantes expressavam forte apoio popular às transformações propostas pelo presidente do bicentenário.

Na sua análise de sexta-feira (27), o jornalista Ollantay Itzamná, da Telesul, apontou que o "fato é que hoje no Peru os que nasceram para ser servos governam o país". "Castillo e Bellido ainda não começaram a executar seu programa de governo 'subversivo', que consiste na Assembleia Plurinacional Constituinte, revisão dos contratos de privatização e redistribuição de terras, mas tão somente com sua 'presença autêntica' no Estado crioulo, já estão começando a cimentar a promessa histórica atrasada: a revolução cultural democrática", sintetizou.

Ortega encarcera diretores do jornal nicaraguense La Prensa

Esteban Felix/AP, foto de 2008

Jonalista Carlos Chamorro é conduzido pela polícia

O Ministério Público da Nicarágua acusou nesta terça-feira (24) o jornalista e ex-deputado Carlos Fernando Chamorro de "lavagem de dinheiro, bens e ativos, apropriação, gestão e retenção abusiva", o que justificaria a sua captura. Ele é irmão de Cristiana, aspirante à presidência que se encontra em prisão domiciliar desde 2 de junho.

Então, Carlos Fernando precisou fugir para a Costa Rica no mês passado após a invasão de sua casa e o "fato iminente" de que seria preso.

Outro de seus irmãos, Pedro Joaquín Chamorro, está preso desde 25 de junho, sob o mesmo tipo de acusação: "apropriação e retenção indevida e gestão abusiva".

O MP segue na ponta do lápis as diretrizes do regime de Daniel Ortega, que busca com a censura e a perseguição afastar todos os oponentes para viabilizar "democraticamente" a sua reeleição. Pelo comunicado, o Ministério Público disse que prossegue as investigações contra a Fundação Violeta Barrios de Chamorro, uma Organização Não-Governamental (ONG) fundada pela ex-presidente da Nicarágua (1990-1997) ao concluir seu mandato e que deixou de funcionar em fevereiro passado. Três dos quatro filhos são acusados.

Neste caso mais recente, Ortega busca asfixiar toda e qualquer fonte de sustentação do importante jornal La Prensa, de oposição, acusando a Emma Marina López e Pedro Vásquez Cortedano "por serem cooperadores necessários do delito de lavagem de dinheiro". Emma trabalhou na fundação e Vázquez era motorista particular de Cristiana e está preso desde 15 de junho.

Ana Elisa Martínez Silva, ex-funcionária da Fundação Chamorro, é acusada por apropriação e retenção indevida, gestão abusiva e por ser cooperadora necessária do delito de lavagem de dinheiro, bens e ativos. Guillermo José Medrano, produtor de conteúdo jornalístico e a jornalista María Lourdes Arróliga são acusados por apropriação e retenção indevida.

As detenções de 34 pessoas foram qualificadas por organizações de direitos humanos como "sequestro" e seus familiares denunciam que uma vez presos jamais foi permitido sequer que falassem com nenhum deles. Jamais tiveram acesso a um advogado de defesa.

Na mira do regime encontram-se dirigentes de oposição e sete pré-candidatos presidenciais. O país irá às urnas em 7 de novembro em meio a uma crise política iniciada com a revolta social de abril de 2018, onde 328 pessoas morreram e mais de duas mil ficaram feridas nas mãos da polícia e de paramilitares orteguistas, segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

A crise se agudizou com a prisão e o sequestro de líderes políticos, ex-guerrilheiros da luta contra a ditadura de Somoza, estudantes, empresários e jornalistas. Conforme a oposição, são mais de 140 "presos políticos".

Ortega rejeita a acusação e alega que os detidos são "criminosos e terroristas" que quiseram "repetir o falido golpe de Estado de 18 de abril".

Mais médicos enviados por Cuba desembarcam no Haiti em apoio a vítimas do terremoto

Uma equipe de médicos e profissionais do Contingente Internacional de Médicos Especializados em Situações de Desastres e Epidemias Graves, Henry Reeve, de Cuba, chegou ao Haiti nesta quarta-feira (25) para reforçar o trabalho da brigada cubana que já se encontra prestando serviços assistenciais nas áreas afetadas pelo terremoto do último dia 14 de agosto.

Especialistas em ortopedia, anestesistas e enfermeiros viajaram logo que chegaram para as cidades de Les Cayes, Jeremie e Port Salut, regiões mais atingidas pelo terremoto que já custou 2.207 vidas e deixou pelo menos 12.268 feridos, de acordo com as últimas atualizações.

"Viemos apoiar o sul do país, sempre cumprindo com a solidariedade tão necessária em momentos como este", disse Rigoberto González, enfermeiro anestesiologista, referindo-se aos departamentos de Sur, Nippes e Grand Anse como sendo os mais devastados, onde sofreram o posterior acontecimento da depressão tropical Grace, com fortes chuvas e inundações.

Os especialistas se somaram à brigada médica que lá se encontra, principalmente para fazer cirurgias. No Haiti trabalham 253 médicos, enfermeiras e outros colaboradores cubanos do setor da saúde que, depois do terremoto, participam dos enormes esforços que ali se realizam para salvar vidas e socorrer os feridos.

Em relação ao atendimento prestado pelo contingente Henry Reeve, o coordenador da Brigada Médica Cubana no Haiti, Luis Orlando Olivero, destacou que os alvos mais frequentes de consulta estão sendo os politraumatizados, com traumatismo craniano, fraturas, feridas, contusões, esmagamento e queimaduras por fricção.

O Contingente Henry Reeve foi criado em 19 de setembro de 2005 pelo Comandante Fidel Castro e, desde então, seus 13.597 membros salvaram quase 94.000 vidas e trataram mais de 4.500.000 pacientes.

Durante a pandemia de Covid-19, 52 brigadas foram formadas para enfrentá-la, das quais 43 continuam a fornecer serviços de saúde em 33 nações que precisaram de ajuda.

Desde 1998, Cuba colabora com o povo haitiano na área da saúde, após enchentes causadas pelos furacões George e Mitch; mais tarde, a ajuda solidária foi aumentada com a brigada Henry Reeve em 2010, quando um terremoto de magnitude 7,3 na escala Richter deixou mais de 250.000 mortos, 300.000 feridos e meio milhão de desabrigados.

Além de ter atingido uma das nações mais pobres do mundo — e, portanto, uma das menos preparadas para enfrentar eventos dessa natureza, o terremoto ocorreu em uma região onde se localiza uma complexa rede de placas tectônicas e falhas geológicas. Como em outras áreas onde as placas tectônicas são contíguas, nos limites da chamada placa do Caribe há uma atividade sísmica significativa. E foi o súbito deslizamento de uma delas, a falha de Enriquillo-Plantain Garden, que levou ao desastre.

Dois dias depois do terremoto a depressão tropical Grace se abateu sobre as regiões do sudoeste haitiano mais assoladas pelo tremor de magnitude 7,2, com cidades arrasadas com ventos fortes e chuvas torrenciais que inundaram várias áreas.

ONU cobra do Talibã respeito aos direitos das mulheres

Em sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, convocada com urgência para tratar da situação no Afeganistão, em Genebra, a alta comissária da ONU Michelle Bachelet lembrou que o momento é crítico e que o povo afegão espera que o órgão defenda e proteja os seus direitos.

elet deu exemplos: "restrição dos direitos das mulheres de se movimentarem livremente; recrutamento de crianças para o combate; execuções de civis e de combatentes das forças nacionais afegãs; e repressão de protestos pacíficos."

De acordo com ela, o Talibã divulgou comunicados prometendo respeitar e proteger os direitos humanos, se comprometendo especificamente "em respeitar o direito das mulheres de ir trabalhar e das meninas de irem para a escola". O porta-voz do movimento também teria dito que não haverá represálias contra as pessoas que trabalham com o governo ou a comunidade internacional.

A alta comissária afirmou que o Talibã tem agora o ônus de transformar esses compromissos em realidade. Para Bachelet, ao buscar o controle do país, o movimento precisa garantir o respeito aos direitos humanos e fornecer serviços públicos essenciais e para todos, sem discriminação.

A ex-presidente chilena lembrou que gozar dos direitos humanos não pode ser uma questão que está sujeita a mudanças no controle de território ou à autoridade de fato.

Bachelet pediu ainda a abertura de acesso para a assistência humanitária e a proteção dos profissionais que buscam entregar ajuda aos civis. Aos demais países, ela fez um apelo para a criação de caminhos seguros para migrantes e refugiados afegãos e para que aumentem a oferta de asilo e de programas de reassentamento.

Michelle Bachelet pediu ação vigorosa devido à gravidade da situação e para estabelecer um mecanismo de monitoramento dos direitos humanos, em especial para verificar se o Talibã cumprirá com as promessas.

O Conselho de Direitos Humanos, no entanto, rejeitou o pedido de ativistas do Afeganistão e de outros países para criar uma comissão internacional para monitorar e preservar as evidências das ações do Talibã de forma indiscriminada.

O grupo se limitou a aprovar por consenso uma resolução para coletar informações sobre a situação no Afeganistão.

"Com os direitos humanos fundamentais em jogo, meu escritório trabalhará com urgência para restabelecer mecanismos de monitoramento de violações dos direitos humanos", disse Bachelet.

Chilenos repelem projeto de entrega da navegação de cabotagem a estrangeiros

O presidente do Chile, Sebastián Piñera, tenta aprovar no parlamento alteração de lei para permitir entregar às transnacionais a estratégica e lucrativa navegação de cabotagem – transporte de cargas feito por navio entre portos dentro do país.

Às vésperas de concluir seu mandato, o mandatário enviou à Câmara dos Deputados um projeto de lei (PL) que adultera, em benefício de bandeiras estrangeiras, as atuais leis de Fomento à Marinha Mercante e de Navegação, acabando com uma sólida base para a economia, a segurança e a política ambiental chilena.

"Rechaçamos esta nova tentativa de Piñera de utilizar estes meses que restam da sua administração para avançar em projetos que lesionam interesses de muitos em benefício de poucos", afirmou a presidente da Central Unitária de Trabalhadores (CUT), Silvia Silva, manifestando na quinta-feira (26) a contrariedade dos chilenos ao avanço do PL.

Segundo Silva, "o projeto que entrou na Câmara altera uma Lei que protege a Marinha Mercante Nacional, estabelecendo condições que permitem a concorrência desleal contra as embarcações nacionais". "Sabemos da existência de embarcações com 'bandeiras de conveniência' [estrangeiras], nas quais os trabalhadores são explorados e que, durante a pandemia, deixaram literalmente as tripulações abandonadas e que podem, aliás, oferecer preços mais baratos às custas dos trabalhadores e de sua proteção", acrescentou a presidente cutista.

De acordo com o presidente da Federação de Tripulantes da Marinha Mercante do Chile (Fetrich), Diógenes Mancilla, "este projeto de lei faz praticamente desaparecer a bicentenária história da Marinha Mercante Nacional, toda vez que deixa fora as transportadoras chilenas ao não poderem competir com barcos de bandeira estrangeira, em que não se exigem leis sociais nem pagamento de impostos e as remunerações dos marinheiros são muito precárias". E ainda com o agravante, frisou, de que muitas dessas companhias estrangeiras também serem subsidiadas pelos seus respectivos Estados para avançarem sobre outros mercados. "Assim, operadores estrangeiros poderiam entrar no país com fretes iniciais temporariamente muito baixos, pois – uma vez eliminada a concorrência – seriam aumentados indiscriminadamente, como tem sido a experiência de outros países", destacou.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

CIA fracassa ao forjar mentiras sobre 'vazamento de laboratório chinês'

Johannes Eisele/AFP

Cientista trabalha no laboratorio de alta seguranca na cidade de Wuhan

Concetta Rizzo/EFE

Embarcação pesqueira com mulheres e crianças foi acolhida em porto italiano

Barco à deriva com 539 imigrantes da Líbia é resgatado na ilha de Lampedusa, Itália

Um barco pesqueiro com 539 imigrantes a bordo foi encontrado à deriva e prestes a transbordar próximo a costa da Itália, na Ilha de Lampedusa, no sábado (28), com mulheres e crianças sentadas com as pernas para fora.

A imagem do desespero no resgate na ilha, a mais ao sul do país, dá a dimensão do caos em que foi transformado o Mar Mediterrâneo, o "maior cemitério da Europa", particularmente após a destruição do Estado nacional da Líbia pelos bombardeios da Otan, iniciados em março de 2011, sob comando de Obama.

"Foi um dos maiores desembarques dos últimos tempos", descreveu o prefeito de Lampedusa, Salvatore Martello, ressaltando que, "mais uma vez, a ilha se prepara para suportar sozinha o fardo da recepção humanitária" de pessoas desesperadas, que buscam com o asilo uma nova vida.

No mesmo sábado chegaram outras 30 pessoas a bordo de duas pequenas embarcações. Na sexta-feira (27), um barco com 100 pessoas e outro com 25 também foram localizados e acompanhados até o porto.

"Sou o primeiro a dizer que devemos apoiar, em todos os níveis, o compromisso da comunidade internacional com o drama que se vive no Afeganistão, mas é justo lembrar que existem outros territórios e países nos quais os direitos humanos são negados no dia a dia e direitos fundamentais como saúde, educação e alimentação", destacou o prefeito.

Segundo a médica Alida Srrachieri, da ONG humanitária Médicos Sem Fronteiras, vários parecem ter sido agredidos fisicamente na Líbia.

Daí a importância do acolhimento e abrigo de seres humanos em precárias condições de vida em várias regiões da África. Vale lembrar que a Líbia, antes um dos mais prósperos e empregadores dos países africanos durante o governo de Muamar Kadafi, tornou-se território sem lei e epicentro do tráfico humano, superexploração e escravização de migrantes.

O único centro de recepção com que conta Lampedusa está novamente transbordado. Com capacidade de apenas 300 pessoas, já tinha alojadas mais de 1.500. Somente na terça-feira (24) haviam chegado mais de 500 náufragos em mais de duas dezenas de barcos. Ainda que a transferência dos migrantes tenha ocorrido para outros centros da Sicília ou da península, vem sendo demasiado lento e em ocasiões como essa em que se avolumam chegadas, o primeiro centro de acolhida – Lampedusa – acaba se congestionando completamente.

Mas, infelizmente, a situação é ainda mais precária, pois muitos outros migrantes encontram-se acampados à beira de estradas empoeiradas e correndo o risco de serem deportados de volta ao país de origem por não preencherem os pré-requisitos legais exigidos pelas autoridades italianas.

Leia mais no site Hora do Povo

China ultrapassa EUA e assume liderança mundial em número de artigos científicos

A China ultrapassou os Estados Unidos em quantidade de artigos científicos de alta qualidade produzidos e publicados entre 2017 e 2019, informou o Instituto Nacional de Política Científica e Tecnológica, vinculado ao Ministério de Educação, Cultura, Esportes, Ciência e Tecnologia do Japão.

As publicações dos EUA cresceram em 29% entre 2006 e 2018, enquanto que as da China expandiram-se em 203%. E nos anos seguintes o aumento continuou.

Os artigos de alta qualidade geralmente referem-se aos 10% das publicações científicas mais citadas em seus respectivos campos.

De acordo com os indicadores do relatório japonês de ciência e tecnologia de 2021, a China lidera o ranking mundial com uma média de 40.219 desses artigos publicados anualmente durante o período de três anos, seguida pelos Estados Unidos com 37.124 e pelo Reino Unido com 8.687.

Os dois fatores que contribuíram para o rápido crescimento da produção científica e tecnológica da China são seu grande orçamento para pesquisa e sua importante reserva de talentos, observa o relatório. Em 2019, a China tinha cerca de 4,86 milhões de pessoas trabalhando no setor em tempo integral, e gastos com pesquisa de mais de 2,2 trilhões de yuans (US $ 340 bilhões), de acordo com o Escritório Nacional de Estatísticas de Pequim.

O último relatório mostra que os artigos dos EUA tiveram referência em áreas como medicina clínica, ciências da vida básicas, física e geociências de 2017 a 2019, enquanto os artigos chineses foram os mais citados nas áreas de ciência de materiais, química, engenharia e ciência da computação e matemática.

Na década de 1990, a China estava ainda nas proximidades do décimo lugar entre as nações mais importantes em número de artigos científicos de alta qualidade, de acordo com o relatório. No entanto, experimentou uma melhora significativa nos anos seguintes, alcançando o segundo lugar em nível internacional no final dos anos 2000 e mantendo essa posição até chegar ao topo entre 2017 e 2019.

De acordo com o 14º Plano Quinquenal (2021-2025) recentemente referendado pelas duas Sessões da Assembleia Nacional Popular (ANP), que pela primeira vez reservou um capítulo dedicado exclusivamente ao tema da ciência e tecnologia, a intenção da China é elevar o gasto com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em mais de 7% ao ano, representando, em termos absolutos, 2,4% do PIB.

Os recursos serão direcionados para setores considerados estratégicos, como inteligência artificial, informação quântica, semicondutores, neurociência, engenharia genética, medicina clínica, exploração do espaço, das profundezas e dos solos. Ações para atingir a "autosuficiência" nesse conjunto de áreas englobam políticas incentivando cientistas a se incorporarem em atividades industriais.

O porta-voz da chancelaria chinesa, Wang Wenbin, disse que "o trabalho de rastreamento de origens precisa da ciência, não de espionagem, e é anticientífico deixar a esse setor o trabalho a ser feito"

Passados os 90 dias, conforme o Washington Post, é "inconclusivo" o relatório encomendado no final de maio pelo presidente Biden à 'comunidade de inteligência", isto é, à CIA, para que estabelecesse a 'origem do coronavírus' – se natural (transmissão de animal a humano) ou se por 'vazamento do laboratório de Wuhan'.

Em suma, o que o Post registra é que fracassou a operação da CIA, acionada por Biden mas que em última instância retoma o racismo de Trump em sua acusação de "vírus chinês", tudo com o objetivo de enlamear e isolar a China, cujo desenvolvimento econômico, tecnológico e social e capacidade demonstrada ao fazer frente a desafios como a pandemia causam paúra e espanto em Washington.

A CNN, por sua vez, revelara anteriormente que a CIA estava usando "supercomputadores" para supostamente hackear bancos de dados chineses na nuvem.

A China já repudiara a tentativa de politizar a busca pela origem do coronavírus da Covid-19, advertira que essa atitude estava sabotando a cooperação internacional contra a pandemia e exigira que a ciência estivesse no posto de comando.

Também conclamara a direção da Organização Mundial da Saúde a não se deixar intimidar pelas pressões de Washington e a se ater às decisões da Assembleia Mundial da Saúde e ao estudo China-OMS de março.

A mesma fonte relatou ao Post que o 'relatório' não tem quaisquer fatos que 'abalem os alicerces', menos ainda, provas concretas. "Ficou aquém de responder a perguntas críticas", reconhece o jornal.

Não chega a ser um espanto. Nunca ninguém ouvira falar na expertise da CIA em matéria de ciência e sua reputação é mais conhecida pelo escândalo das inexistentes armas de destruição em massa que serviram de pretexto para invadir o Iraque.

Ou pelo vídeo do então diretor Pompeo de "nós mentimos, nós fraudamos, nós roubamos". Agora, "nós damos parecer em ciência".

Recentemente, o virologista norte-americano Robert Garry, co-autor do estudo publicado na revista Nature no ano passado, que examinou e refutou a 'hipótese laboratorial', declarou que "nossa conclusão de que não vazou do laboratório é mais forte hoje do que quando escrevemos o artigo".

"MOTIVO DE CHACOTA"

Como assinalara Yang Zhanqiu, do Instituto de Virologia de Wuhan, ao jornal Global Times, mandar uma equipe de espionagem procurar origens de vírus é "ridículo o suficiente", razão pela qual "não é surpreendente que Biden acabe sem uma resposta definitiva". Para o cientista, a insistência na chicana levará o governo Biden a virar "motivo de chacota".

Segundo a Casa Branca, dentro de dias o relatório poderá ter seu teor divulgado. Para "dois oficiais seniores" norte-americanos, naturalmente ouvidos sob anonimato, a "ausência de conclusões é fruto, em parte, da falta de informações detalhadas por parte da China".

Antes da invasão de 2003, durante a interminável década de bloqueio, Washington culpava o Iraque por se negar a mostrar as armas de destruição em massa inexistentes. Agora, o ardil é tentado, cinicamente, contra a China. Não vai funcionar.

Em julho, Pequim rechaçou proposta do secretariado da OMS que pretendia centrar as 'buscas' no laboratório de Wuhan, apresentada sob pressão de Washington. O Ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, disse que, como um país independente e soberano, a China não aceitará e não poderá aceitar qualquer plano de trabalho que não seja um plano real para encontrar o vírus, mas um plano para desacreditar a China.

Para a China, o estudo da próxima fase deve ser conduzido em escala global, se concentrando na fonte zoonótica e nos reservatórios, com estudos em vários lugares, e investigando pistas como amostras de sangue [com anticorpos de Covid, como na Itália e Espanha, anteriores ao início oficial da pandemia].

Na véspera do 'relatório', o embaixador da China junto aos organismos da ONU em Genebra, Cheng Xu, entregou à OMS carta de Pequim reafirmando sua posição sobre o rastreamento das origens da Covid-19, de que a fase 2 da investigação aborde vários países e que sejam acatadas as conclusões conjuntas da investigação in loco na China de março. Entre elas, a de que é "altamente improvável" que tenha havido vazamento laboratorial.

FORT DETRICK SOB LUPA

A carta foi acompanhada por petição assinada por mais de 25 milhões de internautas chineses que exigem uma investigação do laboratório norte-americano de Fort Detrick, notório pela manipulação dos mais perigosos vírus do mundo e que em 2019 teve de ser fechado por problema de segurança biológica. Também se verificou, na época, uma estranha pneumonia nos EUA (Evali).

"Se algumas partes acreditam que a hipótese do "vazamento de laboratório" permanece aberta, são laboratórios como Fort Detrick e o da Universidade da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, que deveriam ser objeto de investigações transparentes, disse Chen.

Para o porta-voz da chancelaria chinesa, Wang Wenbin, "o trabalho de rastreamento de origens precisa da ciência, não da comunidade de inteligência, e deixar para essas agências o trabalho a ser feito é anticientífico, disse Wang Wenbin.

Não há como abafar que persistem perguntas sem resposta sobre o rastreamento das origens no lugar mais atingido no mundo – os Estados Unidos. Mais evidências sugerem que casos anteriores de Covid-19 foram encontrados nos EUA antes do surto oficialmente anunciado. Um jornal da Califórnia, o Mercury News, relatou que as primeiras mortes de Covid-19 nos Estados Unidos ocorreram mais cedo em lugares diferentes do que se pensava, o que é uma reviravolta significativa na compreensão do surto inicial.

Os registros de óbitos indicam que o vírus contribuiu para mortes anteriormente desconhecidas em janeiro de 2020 em locais na Califórnia, Alabama, Geórgia, Kansas, Oklahoma e Wisconsin.

"É intrigante que, quando os EUA culpam a China pela falta de transparência na pesquisa de rastreamento de origens e a difamam pela chamada desinformação, eles estão perseguindo seus próprios problemas", disse Wang.

REVIRAVOLTA

Esse jogo de Washington começou após matérias plantadas em dois dos principais jornais norte-americanos, o Post e o Wall Street Journal, para justificar uma cambalhota em relação a tudo o que os democratas diziam antes da eleição, que a origem do vírus era natural e que 'vazamento do vírus chinês' era negacionismo e racismo.

Curiosamente, um dos autores há duas décadas cumprira o mesmo papel, exatamente no caso das falsas alegações de 'armas de destruição em massa de Saddam', que tão bem serviram à guerra de W. Bush.

Assim, sem nenhum fato, nenhuma prova, como num passe de mágica, de deplorável "tese trumpista", o "vazamento de laboratório" passou a ser endossado pelo governo Biden.

Leia a íntegra no site do HP

Homenagem ao grande presidente Getúlio Vargas

No dia 24 de agosto de 1954, o presidente Getúlio cumpriria a sua promessa: "só morto sairei do Catete" – e com isso mobilizaria o povo brasileiro contra a reação, açulada pelo imperialismo.

Em homenagem a este brasileiro, pai do Brasil moderno e em desenvolvimento, publicamos, hoje, dois de seus mais profundos discursos, os dois pronunciados em Porto Alegre, no ano de 1946, quando Getúlio, eleito senador, fundara o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que, é evidente, nada tem a ver com a regurgitação atual que leva indevidamente esse nome.

O tema principal dos dois discursos é a democracia no Brasil.

O que Getúlio aponta é que o Brasil daquela época – e nem falemos do Brasil de nossa época – precisa avançar democraticamente.

"... nós estamos, por enquanto, apenas numa democracia política, quando os trabalhadores a têm que completar com a democracia econômica.

"A democracia política e a econômica a que estamos assistindo no momento são ainda os vestígios (...) do velho liberalismo burguês (...). Por isso, nós estamos, em matéria política, no regime dos intermediários que, eleitos pelos partidos para um determinado fim e programa a executar, fazem coalizões e reuniões políticas à revelia do povo", diz Getúlio, no primeiro discurso, pronunciado na sede do PTB de Porto Alegre, a 2 de setembro de 1946.

Esses "intermediários" da política têm uma relação direta com os intermediários **econômicos**:

"Os intermediários da economia são os que, em vez de trabalharem pelo bem da comunidade, procuram restabelecer os velhos processos da democracia liberal burguesa, destruindo a economia dirigida, querendo acabar com as autarquias e os institutos que amparavam produtores e consumidores, a fim de que, oprimidos os produtores e desamparados os consumidores, erga-se diante deles o intermediário, que faz o povo oscilar entre a fila e o câmbio negro."

Parece extraordinário que mais de 40 anos antes de aparecerem os "privatizadores" do governo Collor, Getúlio Vargas já apontasse o caráter antipopular, antinacional, antidemocrático das privatizações e da destruição de qualquer planificação na economia. Pois:

"A democracia econômica não se pode organizar sem o prévio planejamento. Este é que se tem de realizar, não para a economia da coletividade ser desfrutada por meia dúzia de privilegiados. Esse planejamento econômico é que coloca a produção subordinada aos interesses da comunidade e não aos das minorias. Por conseguinte, nós todos devemos nos empenhar em trabalhar para isso, para a organização dessa democracia planificada, a fim de que ela constitua a defesa dos trabalhadores. É nessa democracia que me alisto convosco, para conseguirmos realizar o engrandecimento do Brasil e a prosperidade de todos os brasileiros."

Que coisa mais longe do "tripé macroeconômico", essa abominação que há 30 anos estagna e atrasa o país, perpetuando a miséria e o subdesenvolvimento!

Nesse discurso existe, também, uma colocação pessoal, que revela a grandeza do homem, se fosse preciso revelá-la:

"Eu compreendi que a minha força dentro do povo estava numa ideia muito simples. É que o povo, no seu presidente, via-se a si mesmo colocado no governo."

Que presidentes poderiam dizer algo semelhante – e com tamanha modéstia?

Esse é um discurso bastante curto. O outro também não é longo, embora seja um pouco mais extenso, pronunciado em um comício da campanha de Alberto Pasqualini, na época candidato ao governo do Rio Grande do Sul, a 29 de novembro de 1946.

Getúlio faz uma defesa sintética e clara de seu primeiro governo e, outra vez, levanta a questão da democracia:

"Impera no Brasil essa democracia capitalista, comodamente instalada na vida, que não sente a desgraça dos que sofrem e não percebem, às vezes, nem mesmo o indispensável para viver. Essa democracia facilita o ambiente propício para a criação dos trustes e monopólios, das negociatas e do câmbio negro, que exploram a miséria do povo. Tira o que foi cedido ao Estado para entregar ao monopólio de empresas particulares. Ou a democracia capitalista, compreendendo a gravidade do momento, abre mão de suas vantagens e privilégios, facilitando a evolução para o socialismo, ou a luta se travará com os espoliados, que constituem a grande maioria, numa conturbação de resultados imprevisíveis para o futuro.

"Essa espécie de democracia é como uma velha árvore coberta de musgos e folhas secas. O povo um dia pode sacudi-la com o vendaval de sua cólera, para fazê-la reverdecer em nova primavera, cheia de flores e de frutos.

(...)

"A velha democracia liberal e capitalista está em franco declínio porque tem seu fundamento na desigualdade. A ela pertencem, repito, vários partidos com o rótulo diferente e a mesma substância.

"A outra é a democracia socialista, a democracia dos trabalhadores. A esta eu me filio. Por ela combaterei em benefício da coletividade."

Aqui, nesta introdução, citamos apenas alguns trechos, para que o leitor mais jovem possa vislumbrar o vulto do homem que, há 67 anos, escreveu: *"Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história".*

Mas, se o leitor nos permite uma sugestão, os discursos de Getúlio que hoje publicamos são para ser lidos – e estudados, ainda que essa seja uma opção de cada um. É apenas uma sugestão, leitor.

No Rio de Janeiro, a multidão acompanha o féretro de Getúlio, rumo ao aeroporto, de onde seria transportado para o funeral em São Borja, RS

Porto Alegre, 2 de setembro de 1946

(Discurso na sede do PTB)

Quando compareci a esta sessão, supunha que fosse apenas uma reunião ordinária do diretório do partido. Não esperava encontrar uma multidão como esta, tão variada, entusiástica, cheia de vibração cívica, que aqui me homenageia nesta ocasião.

O Partido Trabalhista Brasileiro tem dois grandes objetivos a realizar. Um é o de manter intactas as conquistas das leis trabalhistas outorgadas no meu governo. É preciso que nenhuma dessas conquistas seja relegada. É preciso que nenhuma delas sofra sequer uma restrição, mas que continue a sua evolução normal, batendo-se o Partido Trabalhista para que essa legislação social se vá cada vez mais aperfeiçoando. O outro dos objetivos do Partido Trabalhista é que, sendo um partido de massas, e tendo fins concretos, tem também grandes ideais. É um partido de idealistas cujo raio visual se estende e confunde com os horizontes da própria pátria.

Quando eu estava no governo, era o guarda vigilante, o defensor dos trabalhadores. Hoje, quando se diz estarmos instituindo um regime democrático, as forças organizadas para a defesa dos trabalhadores têm que ser os partidos políticos. É necessário que os trabalhadores se organizem em partidos com programas concretos, contendo-se neles todas as suas reivindicações, a fim de que, através dos mesmos, pelo seu número e prestígio, possam tirar do seio da massa os seus delegados e representantes, que hão de fazer valer, nos parlamentos, os seus direitos. Por conseguinte, mais do que nunca é indispensável que a massa trabalhadora se aliste no Partido Trabalhista, a fim de torná-lo uma força irresistível e que a opinião pública, através dele, se faça manifestar.

Essa organização democrática, a que estamos assistindo, está ainda em formação, e, por isso talvez, é que observamos essa espécie de vacilação e de tateio na sombra, nesse momento que vive o povo brasileiro, tateio à procura de uma direção firme e resoluta. É que nós estamos, por enquanto, apenas numa democracia política, quando os trabalhadores a têm que completar com a democracia econômica.

A democracia política e a econômica a que estamos assistindo no momento são ainda os vestígios, como afirmou um dos vossos oradores, do velho liberalismo burguês, fora da época e inteiramente fora dos ensinamentos da política moderna. Por isso, nós estamos, em matéria política, no regime dos intermediários que, eleitos pelos partidos para um determinado fim e programa a executar, fazem coalizões e reuniões políticas à revelia do povo.

Os intermediários da economia são os que, em vez de trabalharem pelo bem da comunidade, procuram restabelecer os velhos processos da democracia liberal burguesa, destruindo a economia dirigida, querendo acabar com as autarquias e os institutos que amparavam produtores e consumidores, a fim de que, oprimidos os produtores e desamparados os consumidores, erga-se diante deles o intermediário, que faz o povo oscilar entre a fila e o câmbio negro.

A democracia econômica não se pode organizar sem o prévio planejamento. Este é que se tem de realizar, não para a economia da coletividade ser desfrutada por meia dúzia de privilegiados. Esse planejamento econômico é que coloca a produção subordinada aos interesses da comunidade e não aos das minorias. Por conseguinte, nós todos devemos nos empenhar em trabalhar para isso, para a organização dessa democracia planificada, a fim de que ela constitua a defesa dos trabalhadores. É nessa democracia que me alisto convosco, para conseguirmos realizar o engrandecimento do Brasil e a prosperidade de todos os brasileiros.

Esperamos que a promulgação da Constituição, completando os quadros legais, permita ao governo, com boa vontade e disposição de acertar, imprimir diretrizes mais seguras e consentâneas com as necessidades do povo e do Brasil.

Eu compreendi que a minha força dentro do povo estava numa ideia muito simples. É que o povo, no seu presidente, via-se a si mesmo colocado no governo. Hoje, que estou fora do governo, venho identificar-me com a massa e com ela de novo batalhar pelas reivindicações e direitos dos trabalhadores e para concorrer, dentro do regime que está estabelecido, às eleições em que se deve fazer prevalecer a vontade do povo. Hoje, que não sou governo nem candidato a qualquer função do governo, sou apenas um companheiro disposto a lutar convosco para a realização das legítimas aspirações dos trabalhadores e o amparo às suas justas reivindicações.

Porto Alegre, 29 de novembro de 1946

(Discurso durante comício da campanha de Alberto Pasqualini ao governo do RS)

A grandiosa manifestação que venho de receber é dessas que rejuvenescem o espírito, na inspiração perene do amor à pátria e do amor evangélico aos semelhantes. Nunca me senti tão pequeno na minha humildade para tanto merecer. Também nunca me senti tão grande no coração do povo. E nesta expressiva multidão que aqui se congrega, na acolhedora e próspera cidade de Porto Alegre, eu vejo, em seus diferentes aspectos sociais, representado todo o povo do nosso glorioso Rio Grande do Sul.

Os trabalhadores brasileiros têm, geralmente, padrões comuns de atividade em diversificadas especializações profissionais. No Rio Grande há, porém, dois tipos característicos, um tanto diferentes do resto do país: o colono e o gaúcho.

O colono, dono da terra, no regime da pequena propriedade explorada intensivamente, trabalhador infatigável, pacífico, tranquilo e forte, é um dos construtores da nossa grandeza econômica. Mas, quando o Brasil defronta uma guerra e invoca seus serviços, todos acorrem, firmes e resolutos, em torno da bandeira da pátria.

Os colonos precisam de escolas e estradas. Escolas para instruir seus filhos, estradas para transportar os produtos de seu trabalho. Precisam ainda de crédito bancário para o desenvolvimento normal de seus negócios, de novas terras para cultivar e da garantia de preços para suas mercadorias, a fim de não serem explorados pelos intermediários. Necessário se torna também, para eles, o desenvolvimento da organização cooperativista para defesa do produtor e do consumidor.

Quanto ao peão dos campos, geralmente mal alimentado e mal vestido, em sua maioria jaz esquecido. Estiola-se nos subúrbios dos centros populosos ou nas cidadezinhas do interior. Aí espera que lhe deem um pedaço de terra própria para morar e um arado para cultivá-la. No entanto, ele é o descendente do antigo gaúcho, do campeador dos pampas que, nos primórdios da nossa civilização, foi um dos fatores preponderantes na formação da nacionalidade.

A 11 do corrente realizou-se nesta capital a memorável convenção do Partido Trabalhista, que tive a honra de presidir. Alberto Pasqualini lançou o seu notável programa de candidato digno da aceitação do povo riograndense. É o candidato que eu indico. Em discurso então pronunciado manifestei-me sobre as particularidades referentes ao caso gaúcho. Agora, porém, falando ao povo em geral, sem um caráter estritamente partidário, minhas impressões abrangem o panorama coletivo da política brasileira e não somente o do Rio Grande do Sul. Nesta ocasião, e por vosso intermédio, eu falo ao Brasil.

As lutas políticas, que se apresentam em todos os estados para um desfecho a 19 de janeiro, não são de homens, mas de ideias e princípios. Depende de nossa cultura e educação política, nesse pleito, um encontro no terreno superior de seus programas. Os homens valem como expressão dessas ideias e do firme propósito de realizá-las. Não bastam as boas intenções, quando se enredam em fórmulas gastas e inaptas para construir.

Entre os diversos partidos de organização democrática, e dela excluo os extremismos em que se fragmenta o panorama político brasileiro, há um divisor de águas. De um lado estão os partidos que, com nomes diferentes, significam a mesma coisa. Têm a mesma substância política, social e econômica. Não é de estranhar que venham a se reunir. São os expoentes da democracia burguesa, a velha democracia liberal que afirma a liberdade política e nega a igualdade social. Toda essa liberdade política está organizada no sentido da defesa de seus interesses econômicos. Não tem conteúdo nacional. Giram em torno das competições regionais e acompanham o poder.

De outro lado está o Partido Trabalhista Brasileiro, um verdadeiro partido nacional, integrado na comunidade do continente americano. Separa o trabalhismo brasileiro dos outros partidos democráticos a diferença de interpretação do conceito social.

Impera no Brasil essa democracia capitalista, comodamente instalada na vida, que não sente a desgraça dos que sofrem e não percebem, às vezes, nem mesmo o indispensável para viver. Essa democracia facilita o ambiente propício para a criação dos trustes e monopólios, das negociatas e do câmbio negro, que exploram a miséria do povo. Tira o que foi cedido ao Estado para entregar ao monopólio de empresas particulares. Ou a democracia capitalista, compreendendo a gravidade do momento, abre mão de suas vantagens e privilégios, facilitando a evolução para o socialismo, ou a luta se travará com os espoliados, que constituem a grande maioria, numa conturbação de resultados imprevisíveis para o futuro.

Continua no site